



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

MAURÍCIO ROCHA RIBEIRO MONTEIRO

**GRADES PARA O EU,
GRADES PARA O QUE ME TORNAM**

LARANJEIRAS

2019

MAURÍCIO ROCHA RIBEIRO MONTEIRO

**GRADES PARA O EU,
GRADES PARA O QUE ME TORNAM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Domingues Duran

LARANJEIRAS
2019

RESUMO

A prisão há tempos é fonte de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. A sociedade marginal que lá se forma, com suas nuances, seu código de conduta, seu próprio monopólio da violência, sua ideia de unidade, sua vida econômica própria, sua gestão das diferenças, recheia incontáveis estudos nessas áreas que, olhando, por vezes, a partir do mesmo ponto, conhecem as cores desse contorno com segurança. Mas poderia a arqueologia, antes tarde que nunca, contribuir à sua maneira no fortalecimento do discurso de proteção da dignidade humana encarcerada? A arqueologia do tempo presente que aqui se propõe entende que é preciso tentar. E com isso, que é preciso aceitar que uma arqueologia tradicional, preocupada com fronteiras temporais estanques, com um distanciamento objetivo, científico e esterilizado, temerosa em se envolver emocional e politicamente com os supostos pequenos pedaços de verdade que desenterra não nos cabe mais. Essa pesquisa, ao mesmo tempo em que se propõe voz ativa na construção de um projeto de futuro mais humano para essas pessoas que escolhemos amontoar em favelas e mais tarde esquecê-las em caixas de concreto, brada que precisamos fazer uma arqueologia que aceite o desafio de escutar todas as vozes para cantarem juntas o que uma modernidade fracassada ainda nos força a fingir não ouvir.

Palavras-chave: Arqueologia do tempo presente; cárcere; resistência.

RESUMEM

La prisión ha sido, durante mucho tiempo, una fuente de investigación en Humanidades y Ciencias Sociales. La sociedad marginal que se forma allí, con sus matices, su código de conducta, su propio monopolio de la violencia, su idea de unidad, su propia vida económica, su gestión de las diferencias, está llena de innumerables estudios en estas áreas que, a veces, analizando desde el mismo punto, conocen los colores de este esquema de forma segura. Pero, ¿podría la arqueología, mejor tarde que nunca, contribuir a su manera a fortalecer el discurso de protección de la dignidad humana encarcelada? La arqueología actual propuesta aquí comprende que hay que intentarlo. Y con eso, debe aceptarse que una arqueología tradicional, preocupada por límites temporales estrechos, con un desapego objetivo, científico y estéril, teme involucrarse emocional y políticamente con los supuestos pedacitos de verdad que desentierra ya no nos quedan. Esta investigación, si bien propone una voz activa en la construcción de un proyecto de futuro más humano para estas personas que elegimos apilar en barrios marginales y luego olvidar en cajas de concreto, grita que necesitamos hacer una arqueología que acepte el desafío de escuchar todas las voces para cantar juntos, lo que una modernidad fallida todavía nos obliga a fingir no escuchar.

Palabras-clave: Arqueología del tiempo presente; cárcel; resistencia.

ABSTRACT

Prison has been a source of research in the Humanities and Social Sciences for a long time. The marginal society formed there, with its nuances, code of conduct, particular monopoly on violence and economic life, idea of unity, differences management, it's filled with countless studies in these areas that, sometimes looking at from the same point, safely know the colors of this outline. But could archeology, better late than never, contribute in its own way in strengthening the discourse of protection of imprisoned human dignity? The archeology of the present time proposed here understands that one must try. This way it must be accepted that a traditional archeology concerned with tight temporal boundaries, even an objective, scientific and sterile detachment, afraid to engage emotion- and politically with the supposed little bits of truth that unearths, no long fits us. So the research, while proposing an active voice for building a more humane future project to these people we choose to pile up in slums, forgetting them in concrete boxes, calls for an archeology that takes up the challenge to listen all voices, singing together, exactly what the failed modernity still forces us to pretend not to hear.

Keywords: Archeology of the present time; prison; resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bainha em papelão.....	51
Figura 2: Bainha em papelão.....	51
Figura 3: Bainha em papelão.....	51
Figura 4: Faca com dentes.....	52
Figura 5: Lâmina de faca com dentes.....	52
Figura 6: Faca.....	52
Figura 7: Lâmina de faca.....	53
Figura 8: Detalhe de acabamento de punho de faca.....	53
Figura 9: Faca.....	53
Figura 10: Detalhe de lâmina de faca.....	54
Figura 11: Detalhe de lâmina de faca.....	54
Figura 12: Faca.....	54
Figura 13: Detalhe de lâmina de faca.....	55
Figura 14: Faca.....	55
Figura 15: Coleção de facas.....	56
Figura 16: “Chuncho”	57
Figura 17: Detalhe de ponta de “chuncho”	57
Figura 18: Detalhe de acabamento de punho de “chuncho”	57
Figura 19: “Chuncho”	58
Figura 20: “Chuncho”	58
Figura 21: Detalhe de cabo de “chuncho”	58
Figura 22: “Chuncho”	59
Figura 23: Detalhe de ponta queimada de “chuncho”	59
Figura 24: Detalhe de cabo de “chuncho”	59
Figura 25: Piteira/Cachimbo.....	64
Figura 26: Piteira/Cachimbo.....	64
Figura 27: Piteira/Cachimbo.....	65
Figura 28: Piteira/Cachimbo.....	65
Figura 29: Piteira/Cachimbo.....	65
Figura 30: Piteira/Cachimbo em semente de manga.....	66
Figura 31: Piteira/Cachimbo em semente de manga.....	66
Figura 32: Piteira/Cachimbo em semente de manga.....	66
Figura 33: Balança.....	67
Figura 34: Balança.....	67
Figura 35: Detalhe de balança.....	67
Figura 36: Equipamento para produção de bebida alcóolica.....	68
Figura 37: Equipamento para produção de bebida alcóolica.....	68
Figura 38: Máquina de tatuar.....	69
Figura 39: Máquina de tatuar.....	69
Figura 40: Máquina de tatuar.....	69
Figura 41: Máquina de tatuar.....	70
Figura 42: Interruptor de máquina de tatuar.....	70
Figura 43: Máquina de tatuar.....	70
Figura 44: Máquinas de tatuar.....	71
Figura 45: Bico descartável de máquina de tatuar.....	71
Figura 46: Agulha de máquina de tatuar.....	72
Figura 47: Máquina de tatuar.....	72
Figura 48: Máquina de tatuar.....	72
Figura 49: Carro de palitos de picolé.....	74

Figura 50: Carro de palitos de picolé.....	74
Figura 51: Avião de palitos de picolé.....	74
Figura 52: Avião de palitos de picolé.....	74
Figura 53: Embarcação de palitos de picolé.....	75
Figura 54: Embarcação de palitos de picolé.....	75
Figura 55: Embarcação de palitos de picolé.....	76
Figura 56: Embarcação de palitos de picolé.....	76
Figura 57: Guarda objetos de palito de picolé.....	77
Figura 58: Guarda objetos de palito de picolé.....	77
Figura 59: Helicóptero de palitos de picolé.....	78
Figura 60: Helicóptero de palitos de picolé.....	78
Figura 61: Helicóptero de palitos de picolé.....	79
Figura 62: Helicóptero de palitos de picolé.....	79
Figura 63: Bíblia de palitos de picolé.....	80
Figura 64: Guarda objetos de palitos de picolé.....	80
Figura 65: Porta retratos de palitos de picolé.....	80
Figura 66: Porta retratos de palitos de picolé.....	80

SUMÁRIO

1. “Um salve pra comunidade do outro lado do muro”	
ou, uma introdução.....	10
2. “Pra viver no país das calças bege”	
ou, alguns pressupostos teóricos e métodos.....	17
3. “Misture bem essa química, pronto”	
ou, um histórico da privação de liberdade e dos equipamentos prisionais	
em terras brasileiras.....	28
4. “Cientista social, Casas Bahia e tragédia”	
ou, uma proposta de discussão.....	43
5. “O rap faz muito mais que sua religião, que presídio, o cassete, em vão!”	
ou, algumas ideias finais.....	72
6. Literatura citada.....	80
7. Apêndices	
Apêndice A.....	I
Apêndice B.....	V
Apêndice C.....	XIV
Apêndice D.....	XV
Apêndice E.....	XVI

1. “Um salve pra comunidade do outro lado do muro”¹

ou, uma introdução

Pouca coisa me foi mais excitante que entrar sozinho em um presídio e me ver trancado num pátio com mais de cinquenta pessoas com todo tipo de história. Ou caminhar por um corredor escuro e frio completamente cheio de mãos tatuadas, magras, gordas, pálidas, saindo por entre as grades grossas e velhas, insistentes, tentando alcançar minha caneta e as folhas do meu caderno. Escutar as centenas de vozes ao mesmo tempo, as risadas por todo canto, o som dos rádios e televisões. Sentir o ar pesado e cortante que traz aquele cheiro, uma mistura de mofo, fumaça, comida deixada de lado, concreto úmido e suor de corpos que há muito não sabem o que é circular sem se esbarrar, mas que dificilmente te lembraria outra coisa que não agonia, ódio e morte. Na verdade, o cheiro materializa todo o peso daquele lugar, se impregna em tudo que toca e nem o choro mais carregado antes de fechar o chuveiro o leva embora.

Mas é engraçado como, depois que todo esse ritual já não é mais novidade, os sorrisos tímidos, o bom dia sincero e o vai com Deus com aperto de mão de amigo e olhos apertados contra as bochechas no fim do dia – daqueles que há meses, às vezes anos, não veem mais que o portão amarelo da entrada ou a cor do asfalto pelos vãos da cerca externa da cadeia – fazem falta.

Esse envolvimento emocional com o objeto de pesquisa – com o perdão da palavra – e a sua presença ativa no hoje são pontos demarcatórios importantes para a arqueologia do tempo presente que proponho nas páginas que seguem (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Pedro FUNARI, 1999, 2003; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2012, 2014, 2018; Rodney HARRISON, 2018; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Michel JUSTAMAND, Patrícia MECCHI e Pedro FUNARI, 2014; Orestes MEGA, Wagner RIBEIRO e Melina LOPES, 2014; Beatriz THIESEN, 2013; Andrés ZARANKIN, 2001). Em alguns casos, a definição do que vem a ser tempo presente pode variar um pouco. Por exemplo, no Reino Unido, o conceito começa na entrada da década de 1960, ou seja, aqueles anos, de fato, vividos pela geração que, inicialmente, abraça a arqueologia do contemporâneo (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014), podendo no máximo, seguindo aí a inclinação de historiadores no mundo de língua inglesa, recuar até o fim da Segunda Guerra Mundial. Na língua espanhola, as palavras “atual” e “presente” referem-se ao período em que temos experiência pessoal. Logo, na Espanha e América Latina, geralmente aquilo que vem após a Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, a

¹ “Salve”, de Racionais Mc’s.

ideia é parecida, *Gegenwartgeschichte*, ou história do presente, é usada para definir o passado vivido por quem pesquisa. Já na França, o contemporâneo começa em 1789 com a Revolução Francesa, o que vem imediatamente antes é chamado de arqueologia moderna. Os suecos, por terem como tradição que a arqueologia se dedique a contextos que vão até perto de 1850, também costumam ir mais atrás na linha do tempo presente, começando aí o campo da arqueologia do contemporâneo (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2018).

Pode acontecer, também, de o contemporâneo ser projetado para trás na tentativa de preencher a lacuna deixada pela arqueologia histórica que pode se sentir resistente a avançar sobre o século XX, por exemplo (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2014, 2018). Nesse caso, a arqueologia do passado recente viria fazer uma necessária conexão entre o que vivemos hoje e suas razões históricas. Bom, mas o que parece certo é que, tratar o tempo presente requer, inevitavelmente, que repensemos temporalidades modernistas que dão corpo à arqueologia tradicional (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014). Reforço que o mais importante, todavia, é não nos deixar cair na armadilha de separar, ou desconectar o presente do passado.

Isso tudo nos leva a pensar, então, até onde vai o nosso envolvimento emocional. É importante discutirmos isso, pois esse é o aspecto unânime para quem teoriza a contemporaneidade na arqueologia (por exemplo, Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Pedro FUNARI, 1999, 2003; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2012, 2014, 2018; Rodney HARRISON, 2018; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Michel JUSTAMAND, Patrícia MECI e Pedro FUNARI, 2014; Orestes MEGA, Wagner RIBEIRO e Melina LOPES, 2014; Beatriz THIESEN, 2013; Andrés ZARANKIN, 2001). Acredito que não precisamos reduzir envolvimento, à nossa presença material ou temporal no evento. Há que levarmos em conta a memória coletiva, que pode, inclusive, ser nossa ou não. Também não é obrigatório que só aquilo de que me lembre seja contemporâneo, prefiro pensar naquilo que ainda é vivo no nosso presente, ou no presente do grupo social ou da comunidade envolvida no contexto que analiso. A noção de contemporâneo é, talvez, mais cultural que temporal, é uma noção de persistência e não de sincronia (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2018).

A entrada do contemporâneo no jogo do fazer arqueológico acaba por quebrar, ou tencionar três colunas de sustentação da disciplina que, diga-se de passagem, é realidade advertida há anos, pelos arqueólogos franceses Philippe Bruneau e Pierre-Yves Balut (1982, apud Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2018). Em primeiro lugar, quando se vão nossos limites temporais somos obrigados a buscar outro critério para essa primeira coluna e a saída pode ser abraçar a ideia de que o que nos define, antes de tudo, é a busca de significado em todas e

quaisquer criações que a engenhosidade humana é capaz de produzir. Em segundo lugar, ao buscar o presente, podemos abrir mão do escavar como coluna central e nos obrigamos a olhar a superfície (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2018). Por fim, uma arqueologia que estuda o contemporâneo, não pode mais ser a ciência perfeita para o passado distante. Mais uma vez abrimos mão de um quase sinônimo que nos deu o peso de autoridade que merecemos no estudo do alvorecer da humanidade, para desenharmos uma disciplina mais ampla, plural, de todos os tempos (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2018; Tânia LIMA, 2011; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017).

Nada do que se propõe neste texto, pois, e o que me propus nessa pesquisa são novidade, reconhecimento. Fazer arqueologia do presente tem seu espaço, ainda que tímido, entre a comunidade acadêmica desde a década de 1960, em especial 1970 (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2012, 2014, 2018; Rodney HARRISON, 2018; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Orestes MEGA, Wagner RIBEIRO e Melina LOPES, 2014; Beatriz THIESEN, 2013). E a sua capacidade de trazer à tona o não-dito, tem sido de fundamental importância, há algum tempo, quando olhamos, por exemplo, para a cultura material da vida cotidiana, ou para o conflito moderno (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018). Ao entrar no campo de batalha atrás de vestígios que contem um pouco sobre as experiências de soldados comuns na Segunda Grande Guerra, de manifestantes e soldados na Primavera Árabe, campos de concentração ou através de memoriais de guerra. Ao revirmos ditaduras (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018), suas valas comuns, campos de concentração e estratégias de manutenção do regime. Quando miramos os impactos da instalação de fábricas, ou as mudanças no modo de produzir bens e de que maneira nossa paisagem muda para se adaptar a esses complexos industriais. Quando procuramos em ruínas recentes e no lixo relações com economia, sociedade e meio-ambiente (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014), ou discutimos patrimônio arqueológico moderno (Rodney HARRISON, 2018).

Os conflitos de poder e as lutas sociais, tampouco são temas de agora nas ciências humanas. No Brasil pós ditadura, e acompanhando uma tendência global da segunda metade do século XX para cá, a preocupação com o social ganhou espaço e força. Nos aproximamos das demandas colocadas pelos movimentos sociais e, como consequência, começamos a tratar de assuntos do contemporâneo. Aos poucos, a arqueologia tem, em harmonia com outras áreas das humanidades, voltado seus ânimos para questões ligadas a grupos subalternos,

manifestando esforços sinceros em fortalecer a discussão sobre a necessidade de pensarmos discursos de poder mais inclusivos, que defendam, de modo geral, a promoção dos direitos humanos e dos povos marginalizados (Michel JUSTAMAND, Patrícia MECCHI e Pedro FUNARI, 2014; Pedro FUNARI e Nanci OLIVEIRA, 2008; Charles ORSER JR. e Pedro FUNARI, 2004).

Encarcerar pessoas também é estratégia antiga e, não se pode negar, a arqueologia tem apresentado belos trabalhos nesse tema. Entretanto parece existir uma seleção daqueles grupos e momentos históricos em que preferimos contribuir. Em geral, principalmente na América, agimos no sentido de colaborar na restituição de memórias e na promoção da justiça em eventos marcados por regimes militares autoritários. Não retiro a importância de pesquisas na arqueologia da Repressão e Resistência como forma de reparar dores profundas em famílias e não deixar que se apague essa memória, dura e deliberadamente diminuída com o fim do regime (Laurent OLIVIER, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014, 2018). O que chamo atenção é para a preferência por abordagens que coloquem o preso político acima do preso comum, que mesmo não tendo sido encarcerado por lutar em prol de uma agenda política libertadora, carregando um livro sob o braço, sofre – ainda que de outros modos – tanto quanto sofreram os condenados de ditaduras militares.

Além dessa arqueologia dos autoritarismos políticos na América Latina do século XX, cresceram, também, análises de eventos de resistência à escravidão (Michel JUSTAMAND, Patrícia MECCHI e Pedro FUNARI, 2014). Histórias sobre grupos com liberdade cerceada com papel importantíssimo na valorização das lutas e do merecido protagonismo da comunidade negra nesse país, mas ainda assim, em detrimento de pessoas presas hoje – que, diga-se de passagem, ainda são, em sua maioria, negras, pardas e pobres (BRASIL, 2019). De maneira alguma pretendo induzir a um conflito entre arqueologia da resistência escrava, arqueologia da repressão e resistência e o que fazemos aqui. Acredito, em verdade, que essas áreas tiveram muito a acrescentar a esse trabalho já que partimos de vestígios materiais muito semelhantes. Seja qual for a natureza da prisão é bem possível que encontremos dedicação semelhante nas tentativas de manter práticas comuns longe do conhecimento da administração da unidade e, de fato, foram essenciais para que eu mesmo conseguisse entender os contornos do que buscava.

Nesse sentido, o que proponho é uma arqueologia do tempo presente, de presos comuns, com a ideia de que o poder institucional naturalmente produz ataques ao “eu”, que somados, ou não - mas geralmente sim - a um deliberado descaso com a vida da pessoa apenas geram, ao mesmo tempo, resistência e senso de identidade. A partir daí é produzido um contrapoder a

partir dos internos e uma outra camada de poder entre internos. E é através da materialidade significada por essas pessoas que busco encontrar evidências de cada um desses aspectos.

Parto, então, da ideia de que a instituição penal age sobre a personalidade de internos e internas, às vezes sem intenção direta. O que acontece é que o novato enfrenta um desequilíbrio emocional causado por uma ruptura drástica do seu modo viver, da sua autonomia e de seu lugar social. Primeiro pela proibição do contato com o mundo externo e com sua rotina, ou com os papéis desempenhados aí, depois pela obrigação do uso de uniforme, confisco de bens pessoais ao entrar no sistema e periodicamente nas revistas às celas. Sem falar na ideia de passar anos em espaços coletivos, superlotados, com banheiros coletivos e mau equipados, receber suas vistas sem privacidade, comer em grupo, dormir em grupo, ser vigiado e pedir permissão para realizar atos simples (Erving GOFFMAN, 1974). Enfim, no mínimo, quem passa por isso costuma se sentir infantilizado, tomado como alguém incapaz de organizar a própria vida diária (Cristian GUIMARÃES, Stela MENEGHEL e Carmen OLIVEIRA, 2006; Mário RAMIDOFF, 2005; César LEAL, 2005).

A tensão psicológica gerada (Erving GOFFMAN, 1974) incentiva formas numerosas de resgate da dignidade, através do combate às apropriações e humilhações do sistema (James SCOTT, 2000). Aqui, vamos nos centrar naquelas que ora desafiam a administração da ordem, ora se adaptam a ela, sempre na tentativa de proporcionar provas de autonomia e controle da situação, fugas da realidade experienciada e ganhos pessoais – mas também uma noção de identidade. A resistência apenas se mantém estável caso consiga produzir coesão, caso una as pessoas em torno de uma “contraideologia”. Afinal, para que a resistência se mantenha oculta é imprescindível que os envolvidos que não participaram, mas sabem, viram, presenciaram, se comprometam a manter o segredo (James SCOTT, 2000). Mas nem tudo são flores, evidente que a violência entre resistentes é também estratégia de manutenção do grupo, não percamos isso de vista.

Seja pela força ou pela identidade de grupo, o espaço de resistência é um refúgio. Cria-se um círculo de relativa segurança e liberdade de expressão, – ao menos em relação ao poder legalmente instituído pelo Estado – de modo que as pessoas que lá vivem abrem-se à possibilidade de materializar uma variadíssima gama de sentimentos, respostas sociais e culturais, críticas ao poder que, as mais das vezes, são produzidas para nunca chegarem aos olhos de quem não vive entre aquelas paredes. Um prato transbordando arqueologia.

Isso posto, devo apresentar, agora, os objetos que me ajudaram a pensar o cárcere e as pessoas que povoam esses lugares esquecidos por Deus. No começo de novembro de 2018, o

diretor do Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe, me conta sobre uma coleção de cachimbos de crack recolhidos por ele entre itens retirados de celas de presídios pelo estado. Seguindo sua dica, fui até a Escola de Gestão Penitenciária de Sergipe (Egesp) me encontrar com seu atual diretor. Infelizmente os cachimbos do “Coronel”² se perderam entre mudanças de salas institucionais e burocracias, mas em lugar deles, “Diretor”³ me apresentou uma coleção de encher os olhos e com um tema um pouco mais variado. Esta foi formada por ele e continha, à época, duas balanças improvisadas com pedaços de material plástico e cordões; um interruptor de ventilador estilizado com palitos de picolé; duas piteiras e dois cachimbos; uma máquina de tatuar feita a partir de uma máquina de raspar cabelos e duas a partir de motores de rádio e canetas; dois bicos descartáveis para máquina de tatuar; parte de equipamento improvisado para produção de bebida alcoólica; um forno feito em papelão e lâmpadas; uma bainha feita em papelão e fita adesiva cor-de-rosa (figuras 1 a 3); quatro armas de perfuração (os “chunchos”), sendo duas de metal e duas feitas a partir de escovas de dente; seis facas e vários objetos artesanais, tais como um avião, quatro porta-joias, um carro, dois helicópteros, pequenas casas, dois navios, porta-retratos e um cofre, todos feitos em palito de picolé.

Como disse, exceto o artesanato, esses são objetos escolhidos por Diretor dentre aqueles extraídos de seu contexto em revistas às celas do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (Copemcan), na cidade de São Cristóvão. Na seção de análise do material, apresento uma relação daquilo que comumente é recolhido nas celas e não está na minha coleção. As revistas, por sua vez, acontecem de tempos em tempos para recolher objetos contrabandeados para dentro da unidade e que podem oferecer riscos aos internos ao corpo de funcionários. Logo, é de se esperar que elementos específicos sejam alvo dessas operações, uma parcela daquilo que compõe o universo material das cadeias.

Já o artesanato é produzido pelos internos como forma de redução de pena. Para cada unidade apresentada no mês, o interno tem direito a reduzir três dias na sua condenação. São muitos os objetos confeccionados, desde vasos decorativos de papel colorido, até enormes casas feitas em palitos de picolé, quadros com desenhos coloridos e pintados com tinta de caneta ou guaxe, dobraduras de papel e brinquedos de lã. Dos que tive acesso na Egesp e no Copemcan, tentei me ater àqueles que pareciam carregar alguma pessoalidade, que fossem mais que produtos secamente confeccionados para a remição de pena, evidenciados, às vezes pelo afínco

² Por privacidade todos os nomes de entrevistados foram substituídos. O diretor do Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe será sempre chamado de “Coronel”.

³ Por privacidade todos os nomes de entrevistados foram substituídos. O diretor da Escola de Gestão Penitenciária de Sergipe será sempre chamado de “Diretor”.

aos detalhes, às vezes por nomes escondidos e manifestações de carinho. Todos os objetos tratados por mim no correr do texto foram fotografados por um amigo da *Photos Click Time* – empresa de fotografia de Aracaju – e aparecerão em seção mais abaixo.

2. “Pra viver no país das calças bege”⁴

ou, alguns pressupostos teóricos e métodos

Os limites temporais da arqueologia sempre foram um problema sério para mim. Lembro da minha primeira aula de Fundamentos de Arqueologia, numa segunda-feira ansiosa, em que fomos desafiados a decorar a sentença de Pedro Funari (2003), aquela em que, nas primeiras páginas de seu “livrinho amarelo”, defende que a “arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (Pedro FUNARI, 2003, p. 15). Relendo-a hoje, pela enésima vez, parece difícil acreditar que levamos quase quatro horas e alguns encontros depois desse primeiro, para discutirmos cada palavra da frase. Mas, mais estranhas ainda, sempre me pareceram as tantas caras feias que boa parte de meus professores – e de professores de amigos de outras universidades – faziam para a tal falta de caráter cronológico de que Funari (2003) falava. Para a sua presença no presente.

Entendo, em todo caso, que a questão possa ser difícil para algumas pessoas, afinal, filha que é do imperialismo europeu, definida no berço como o estudo das coisas antigas e seguramente distanciadas, traz a arqueologia, impressa nos seus ossos, a necessidade de dar sua contribuição nos percalços da dura caminhada do modo de vida burguês, de servir aos interesses da classe média, de prover-lhes subsídio cultural, permitindo-se ater, quando muito, à “legitimação da dominação europeia sobre os demais povos do mundo” (Michel JUSTAMAND, Patrícia MECCHI e Pedro FUNARI, 2014, p. 28; Randall McGUIRE, 1999; Pedro FUNARI, 2002; 2003; Andrés ZARANKIN, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012; Beatriz THIESEN, 2013; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017). Disso resulta que justificar a existência de arqueologia em tempos históricos para os aficionados pela arqueologia do outro, que nos é tão comum até nas mais distantes trincheiras do Novo Mundo, é dor de cabeça suficiente, que dirá uma prática que mira o tempo presente (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

De modo geral, a arqueologia do contemporâneo não se encontra fora dos contornos da arqueologia histórica, desde que a encaremos como um ramo da disciplina que defende a aplicação da abordagem arqueológica em qualquer sociedade produtora de documentos escritos, ou sobre aquelas com as quais sociedades letradas estiveram em contato (Pedro FUNARI, 2002; Leandro DURAN, 2008; Paulo CAMARGO, 2009). A amplitude de povos e

⁴ “Diário de um detento”, de Racionais MC’s.

tempos abraçados por essa definição é a possível causa maior da resistência que sofre. Visto que a arqueologia cresceu como disciplina ideal para tratar daqueles povos que viveram antes do desenvolvimento e da expansão mundial da escrita moderna, ou, quando muito, para servir de ilustração material de fatos analisados pela história, esta peculiaridade passou a ser encarada como um limite de atuação (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Pedro FUNARI, 2003; Leandro DURAN, 2008).

Exatamente por isso é recente o reconhecimento da comunidade internacional, não só da legitimidade da abordagem arqueológica para o estudo do tempo presente, mas também, da sua importância para a disciplina e para a comunidade não arqueológica (Orestes MEGA, Wagner RIBEIRO e Melina LOPES, 2014). Esse debate ganhou espaço de forma discreta mundo afora, desde a década de 1970 ao flexibilizar fronteiras entre arqueologia, antropologia, sociologia, história contemporânea, história da arte, história da arquitetura, estudos de cultura material e estudos de tecnologia (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; 2014) e com projetos liderados pelos arqueólogos Michael Schiffer, Richard Gould e William Laurens Rathje nos Estados Unidos. Estes, receberam especial atenção em 1981 com a publicação de “Cultura material moderna: a arqueologia de nós”⁵, editado por Gould e Schiffer (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; 2014; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2018). Passando pela publicação de “Arqueologias do passado contemporâneo”⁶, organizada pelos arqueólogos Gavin Lucas e Victor Buchli no ano de 2001 (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; 2014; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2018). E do primeiro manual sobre arqueologia do passado contemporâneo, “Depois da modernidade. Abordagens arqueológicas para o passado contemporâneo”⁷ de Rodney Harrison e John Schofield em 2010 (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014). Até “Uma arqueologia da era contemporânea”⁸ de Alfredo González-Ruibal em 2018.

Sem desviar muito do que se entendia por ciência arqueológica à época, essa publicação de 1981 dava muito mais destaque ao potencial etnoarqueológico do tempo presente, no sentido de buscar generalizações na relação entre cultura material e comportamento humano, testar hipóteses para tempos passados, do que, de fato, um estudo do passado recente, ou das raízes

⁵ No original: “*Modern material culture: the archaeology of us*”.

⁶ No original: “*Archaeologies of the Contemporary Past*”.

⁷ No original: “*After modernity. Archaeological approaches to the contemporary past*”.

⁸ No original: “*An archaeology of the contemporary era*”.

recentes do momento presente (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2018). Em verdade, abordagens etnoarqueológicas da cultura material contemporânea têm um longo histórico. Na década de 1920, por exemplo, Alfred Vicent Kidder escava um lixão, mas nada é publicado sobre a experiência (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001).

A arqueologia de nós, menos abordada nesse período, foi dividida por William Rathje em três fases. A primeira se aproxima mais a um jogo de suposição, no sentido de propor debates sobre, caso escavássemos nosso próprio registro daqui a milhares de anos, o que pensaríamos sobre nós mesmos. A segunda fase é mais reflexiva e liga nossa cultura material ao comportamento presente, mas ainda de forma muito passiva e reforçando estereótipos de grupo. A terceira fase percebe que a cultura material não é passiva, mas sim agente ativa sobre nosso comportamento. Abre-se então, uma forte frente de pesquisa sobre consumismo, por exemplo (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001).

Esse terceiro momento da arqueologia do contemporâneo traz, mais uma vez, discussões sobre as diferenças entre esta e a arqueologia histórica. Em linhas gerais, Victor, Gavin e Alfredo (BUCHLI, LUCAS, 2001; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008) defendem a ideia de que ambas se distanciam porque, em lugar da proximidade temporal da arqueologia histórica, o contemporâneo envolve identidade. Aquilo que escrevo e leio sobre o tempo presente me afeta de forma íntima, mais do que estudos em perspectiva histórica, onde o objeto é mantido em certa distância. Por outro lado, Rodney e Esther (HARRISON e BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018), preferem acreditar que, o que causou o distanciamento entre as duas práticas foi o uso das múltiplas fontes como bandeira da arqueologia histórica – principalmente nos Estados Unidos – e o foco inicial da arqueologia do contemporâneo em se aproximar mais da etnografia arqueológica e na ênfase das teorias de médio alcance, onde o estudo da cultura material serviria ao propósito de testar modelos generalistas do comportamento humano.

Porém, essas fronteiras se desfazem quando considerações em ambas arqueologias parecem caminhar juntas em direção a um mesmo fim, influenciar políticas contemporâneas. Pesquisas em arqueologia histórica podem ressoar ativamente no nosso tempo ao tratar de investigar o capitalismo, a genealogia de desigualdades atuais, ou identidade, raça, conflito, sectarismo, migração, poder, pobreza, preconceito, o impacto da indústria em mudanças sociais e ambientais, ou pela aplicação de críticas pós-coloniais a contextos de décadas atrás (Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018). Independente do nome

que leve, quando trabalhamos com problemas ainda vivos, assentamos, invariavelmente, nossos tijolos na construção de um projeto de futuro. A arqueologia do tempo presente, e do passado recente, têm que ser políticas. E, em verdade, temos de abraçar nosso potencial de trazer ao jogo dos discursos públicos o não-dito, o silenciado, o escondido (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018).

E quem melhor que nós para tirar do não dito algum significado? Dentro das ciências humanas nós nos dedicamos a ler, com profundidade histórica e contextual, o comportamento humano a partir de fontes que não se pronunciam por meio de palavras. Ao tratar de pessoas escravizadas, mulheres, classe trabalhadora, a arqueologia histórica deu à arqueologia do tempo presente os meios de escutar as vozes que, dentre toda a abundância de dados na era da informação, são deliberadamente caladas, abafadas e diminuídas. Temos, então, responsabilidades reais de mediar esses extremos, dar nossa contribuição no combate às contradições, exclusões e dores do nosso tempo. Dessa forma, é fácil cravar que a arqueologia do passado recente se deleita com universos desprezíveis (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

Entre os marcos que apontei – “Cultura material moderna: a arqueologia de nós” e “Uma arqueologia da era contemporânea” – foram realizados eventos como o “Arqueologia Contemporânea e Histórica em Teoria”⁹, que acontece anualmente no Reino Unido desde 2003 (Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018) e publicados uma boa quantidade de artigos por diferentes pessoas, e em periódicos variados¹⁰ – não apenas nos países de tradição inglesa mas também na Argentina, no Chile, Irã, Espanha, França e na região escandinava (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014). Como o vigésimo volume da “Diálogos Arqueológicos”¹¹, de 2013, pela Universidade de Cambridge, no Reino Unido, dividindo atenções com a arqueologia pública.

Interessante perceber que a amálgama formada pela defesa da arqueologia na contemporaneidade e do público na arqueologia nessa edição da revista pode ser sinal da preocupação em reverter a imagem distanciada que se criou da figura do arqueólogo e da arqueóloga em lugar de pessoas públicas envolvidas tanto com temas sensíveis do passado, como do tempo presente (Orestes MEGA, Wagner RIBEIRO e Melina LOPES, 2014; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008). Mais do que admitir que o que fazemos está sempre e

⁹ No original: “*Contemporary and Historical Archaeology in Theory*”.

¹⁰ Para mais detalhes e indicação de bibliografia ver Rodney Harrison, 2018, páginas 86 e 87.

¹¹ No original: “*Archaeological Dialogues*”.

inevitavelmente preso a elos sociais e políticos, que trabalhamos a partir de pautas levantadas pela sociedade que nos cerca e pelo tempo em que vivemos e logo, que produzimos interpretações contaminadas por quem somos e por qual papel desempenhamos (Pedro FUNARI, 1999; 2003; Leandro DURAN, 2008; Cristóbal GNECCO, 2012; José PELLINI, 2014; Andrés ZARANKIN, 2001; Bruce TRIGGER, 2004; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012). É uma oportunidade de admitir que estudar o passado recente e o tempo presente permitem que nos envolvamos emocionalmente com o contexto ou o material analisado (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; Leandro DURAN, 2008). Admitir que podemos nos atrever a entrar nos holofotes de discussões atuais e emotivas.

Não só que devemos aprender a falar com outro público que não a comunidade arqueológica (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012), mas que devemos falar sobre suas experiências, sobre suas memórias, sobre eventos vivos para esse outro público como para o público de sempre. Para que, ainda que não possamos destruir as amarras do capital sobre a livre capacidade de ação do corpo social que somos, possamos afastar as nuvens que encobrem “o pessoal, o íntimo, o poético e o performativo como aspectos essenciais da prática arqueológica” (José PELLINI, 2014, p. 9), de maneira a estarmos sempre a um passo de ultrapassarmos nossos próprios limites conceituais e da disciplina – por que não? – e, por fim, buscar entregar uma narrativa menos passiva, menos tímida e mais presente na representação que propomos para o passado, para cultura e para os problemas que enfrentamos hoje (Randall McGUIRE, 1999; José PELLINI, 2014; Andrés ZARANKIN, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012; Maurice MERLEAU-PONTY, 1973).

Entretanto, enfrente um outro paradigma na pesquisa, não escavo e nem analiso objetos escavados. Um sacrilégio para aqueles que entendem que fazer arqueologia significa desenterrar coisas perdidas e não só pela aventura, mas porque defendem – corretamente, devo dizer – que só a escavação permite alcançar tempos mais recuados que fontes textuais e fornecer apontamentos menos impregnados por ideologias de momento de quem escreveu o diário, o relatório, a carta. Desse modo a disciplina estaria baseada na ideia de que o passado está enterrado e codificado nas coisas e o segredo por nós defendido é como decifrar esse código, como entender o passado enterrado e selado no tempo (Cristóbal GNECCO, 2012; Pedro FUNARI, 2003; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017).

Mais uma vez, suas origens modernas podem ter sido responsáveis, em grande medida, por injetar na arqueologia esse empenho em revelar, trazer à luz da racionalidade, momentos da existência humana que só eram alcançados, com nitidez, por Deus. Não venho aqui dizer,

longe disso, que abandonemos as escavações porque tudo que precisamos conhecer está sob nossos olhos. Não. Mas apenas pedir que prestemos atenção ao modo como parecemos impor ao ato mesmo de escavar, o sinônimo de encontro com o passado ou com a verdade preservada pelos objetos, em lugar de mais um processo na produção de discursos, também soterrado vivo por assimetrias de poder e relações de resistência. Enquanto a colher de pedreiro descobrir verdades, as coisas que desenterramos não deixarão de ter essência pronta e acabada, de ser antes de parecer (Cristóbal GNECCO, 2012; Tânia LIMA, 2011) e esse é um sério problema. Insistir nesse pensamento é fechar os sentidos pro fato de que o que experienciamos é sempre um perfil reduzido do “ser”. Entendendo que “ser” é ser percebido e que a condição primeira para qualquer coisa existir é ser conhecida e significada, nós acabamos por podar as possibilidades de transcendência do objeto ou até do fato analisado, podar a possibilidade de ser outra coisa que não aquilo que escolhemos que fosse (Cristóbal GNECCO, 2012; Maurice MERLEAU-PONTY, 1973; Andrés ZARANKIN, 2001; Bruce TRIGGER, 2004; Tânia LIMA, 2011).

Mas provocativo é pensar que até mesmo para as versões pós-modernas da arqueologia, onde o passado e seu significado são contextuais, “as coisas arqueológicas ainda são o caminho para as verdades arqueológicas [...] graças à sua descoberta pela escavação” (Cristóbal GNECCO, 2012, p. 13). Logo, se dada abordagem arqueológica propõe realizar-se sem o emprego desse cânone ela deixa de ser arqueologia. E o divertido aqui é perceber que esse está longe se ser o pior dos pesadelos para aquela arqueologia que tenta ir de encontro ao que se convencionou chamar por tal, já que, antes de tudo, ela existe para ser contra a modernidade e todos os seus esteios teórico-metodológicos que dão baliza à disciplina (Cristóbal GNECCO, 2012).

O método arqueológico tradicional, inclusive, acaba por nos distanciar, nos proteger de qualquer apego aos objetos e ao universo material que estudamos. Produz uma distância objetiva e segura, que invalida a sensação de invasão de privacidade, por exemplo, mas também domestica fragmentos de uma realidade que não nos cabe. É nossa maneira de conhecer e procurar controlar aquilo sobre o que não temos controle. Nossa maneira de produzir o outro. A questão é desenvolver a percepção de, ao trabalharmos com o agora, encontrar em que momento essa distância se transveste de passividade ética (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

Bom, mas isso talvez sejam só exageros distantes da minha cabeça que possivelmente te farão esperar demais do que vem a seguir. O que quero mesmo, com tudo, é experimentar.

Experimental levantar a cabeça da unidade de escavação e sentir o que temos em redor, o que respira vivo conosco enquanto percebemos a arqueologia na paisagem, na memória, no medo, no não-lugar, no objeto, no corpo do outro e no nosso. Experimental quebrar os limites eleitos como tópicos inegociáveis, não com sua brusca destruição ou negação surda, mas com o diálogo, com proposições, acertos e erros de todo tipo (Cristóbal GNECCO, 2012). E aproveitemos o agora, afinal, se o que vem depois do cientificismo processualista das décadas de 1960 e 1970 instaura uma nova “era” dentro da arqueologia global, onde o principal não é encontrar respostas, mas levantar perguntas, “e onde o debate e as incertezas sobre questões fundamentais, antes pouco abordadas pela disciplina, são a norma” (Tânia LIMA, 2011, p. 19), nada menos revolucionário que experimental.

Inclusive nos suportes teóricos. A abertura da arqueologia a variadas fontes e discussões de outras disciplinas das humanidades é uma das boas atualizações que fizemos. Muito mais que representar a perda da identidade arqueológica, demonstra sua maturidade, ao conseguir congregiar pensamentos e temas, já há muito tratados por outras disciplinas. Demostramos, assim, tomar nossas experiências como parte de um todo, decifráveis apenas a partir da análise mais ampla possível da vida em comunidade. Mas, evidente, desde que parta de questionamentos e trilhe o caminho investigativo próprio da arqueologia (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Bruce TRIGGER, 2004; Leandro DURAN, 2008).

Nesse sentido, é importante que lhes apresente um conceito que aparecerá bastante no capítulo em que proponho alguns significados para a cultura materializada pelos internos do Copemcan e que trago de considerações feitas pelo cientista político e antropólogo James Scott (2000), sobre estratégias de resistência de grupos subalternos contemporâneos. Para James, a resistência subalterna nasce das contradições e desequilíbrios de poder entre grupos sociais e dentro dos grupos, entre seus membros e se desenrola, a primeiro momento, disfarçada no que chama de discurso oculto.

Esse tipo de discurso é representado por formas de expressar tudo aquilo que o exercício do poder exclui do discurso público dos subordinados. Dessa forma, o oculto se desenvolverá com mais riqueza quanto mais severa for a dominação imposta. E em longo prazo, dá fruto a uma subcultura e poder internos em oposição ao poder institucional. Os donos do poder, por sua vez, também produzem uma linguagem que é oculta, onde se sentem à vontade para trazer à tona aquilo que os enfraqueceria, que estremeceria sua posição de mando (James SCOTT, 2000).

Os espaços sociais onde floresce o oculto, então, são bem específicos, são locais onde já não é preciso calar as opiniões, esconder a raiva ou disfarçar os sentimentos. Espaços não alcançados pelo controle, repressão e vigilância centrais e, muito importante, compartilhados por pessoas que vivem as mesmas pressões, que reconheçam no outro, um igual. São, dessa forma, uma conquista da resistência frontal às faces do poder (James SCOTT, 2000).

Justamente por essas condições de emergência, em geral, os estudos sociológicos sobre relações de poder tomam apenas os discursos desenvolvidos em público para análise e se consideramos que subordinados e dominantes vivem interpretando discursos públicos um para o outro, o mais provável é que qualquer análise que use apenas o público conclua que os subalternos aceitam os termos de subordinação e não que os papéis por eles interpretados, de aparente respeito e submissão, representam, em verdade, uma tática de sobrevivência. Evidente que isso não quer dizer que se baseiam, então, em falsidades, mas que, possivelmente, não veem o que procuram, de fato, enxergar. Mas temos de ser honestos e admitir que só podemos chegar perto de desvendar o efeito da presença dos donos do poder nas atitudes dos subordinados quando estes não se encontram mais sob sua observação, diria James (SCOTT 2000), ou, e é aí que entramos, quando analisamos produções culturais que não deveriam estar nas nossas mãos.

Métodos

Os agrupamentos humanos são sempre permeados pelo conflito. Vivemos um mundo em que o confronto produzido pelo jogo de dominação e resistência é constante e incansável, e “[...] para lidar com a tarefa de interpretar o conflito no interior da sociedade impõe-se uma abordagem interdisciplinar que combine análise textual, oral e artefactual, com aportes sociológicos e antropológicos, entre outros” (Pedro FUNARI, Nanci OLIVEIRA, 2008, p. 143). Com isso, sustentando o entendimento de que as fontes textuais, orais e materiais são interdependentes, complementares e por vezes, contraditórias (Pedro FUNARI, Nanci OLIVEIRA, 2008). Desse modo, a ideia foi misturar todas as informações obtidas em entrevistas, leituras e análise de material, colocando em evidência seus vícios, receios, silêncios e reticências a fim de que os dados se complementassem e conformassem um quadro mais representativo, mais genuíno do fragmento de universo que proponho debater.

Ainda na fase do projeto dessa pesquisa propus conversar com ex-internos, internos e agentes penitenciários e estruturar entrevistas focalizadas – onde experiências específicas são abordadas e direcionadas por quem conduz a entrevista, mas de forma sutil, como numa conversação (Antônio GIL, 1999) – acreditando que teria maiores condições de construir uma

relação de confiança e empatia com a pessoa entrevistada para tocar as percepções que me interessam de forma mais natural. A ideia era conversar sobre função, uso e modos de confecção dos objetos da coleção. Sobre como administram o tempo, principalmente como se divertem, como lidam com o ócio, tentando levá-los a falar sobre o uso das piteiras, cachimbos, bebida alcoólica e drogas e o universo simbólico que poderia envolver o seu consumo. Sobre a existência de sentimento de grupo, de pertencimento e como administram as diferenças, os preconceitos. Questionar se existe diferença entre a violência que circula dentro e fora das unidades prisionais. Finalmente qual objeto seria mais representativo da cadeia ou da vida encarcerada.

O contato com ex-internos foi difícil. Consegui conhecer quatro pessoas, mas apenas três aceitaram conversar abertamente, Jussara, Júlio e Teto. Me encontrei duas vezes com Jussara em sua casa; uma com Júlio – que na condição de funcionário da APAC¹² onde um dia esteve como recuperando, foi quem me apresentou a unidade e seus antigos companheiros – e quatro vezes com Teto no campus da universidade. Os três foram muito importantes para que me preparasse para o que viria nas visitas, principalmente na melhor forma de abordar os internos, e me ajudando a entender algumas gírias, coisas não ditas, a influência das organizações criminosas e questões outras que apareciam sempre que voltava do Copemcan e das análises do material.

No caso dos agentes, além do Coronel, que é policial militar, foram duas as entrevistas formais. Digo formais porque, as conversas com essas outras dez pessoas foram várias, e aconteceram nas minhas visitas ao Copemcan e nas tardes que passei na Egesp analisando o material. Sempre dispostos a conversar, também foram muito importantes no meu processo de tentar preencher algumas lacunas deixadas pela falta de tempo ou pelas respostas vagas de alguns internos sobre função, modo de produção e papel simbólico das peças. Além de me ensinarem muito sobre o funcionamento da cadeia e a ler as entrelinhas das repostas de meus entrevistados.

Já o contato com os internos foi um desafio sempre instigante e exigiu que minha abordagem e a condução da conversa fossem reestruturadas algumas vezes. É possível dividi-los em dois grupos, os trabalhadores da unidade – que recebem o benefício de abater dias da pena em troca de trabalho na administração, na cozinha, na jardinagem, nas oficinas de trabalho e nos serviços gerais do estabelecimento – e os apenados que dividem o as celas dos pavilhões.

¹² Realizei uma única visita à uma unidade prisional gerenciada pela Associação de Assistência aos Condenados (APAC) de Sete Lagoas, em Minas Gerais, aproveitando que estava de férias em minha cidade natal.

O primeiro grupo é composto apenas por internos que cumprem pena pela primeira vez. Estes fazem a requisição de trabalho e pleiteiam uma vaga quando um dos quarenta trabalhadores da casa recebe a liberdade ou perde o benefício. Muito por isso, percebi que compõem um perfil completamente diferente dos outros apenados. Geralmente são pessoas que não viviam do crime quando livres – ou quando muito, dedicavam-se a fraudes e crimes fiscais – e cometeram um erro, ou foram envolvidos numa situação que os levou à prisão. Portanto quando dividiam as celas dos pavilhões, muitos evitavam se envolver com seus companheiros e parecem, sinceramente, não conhecer, por exemplo, os pormenores da estrutura do crime organizado no interior das unidades ou ainda a manufatura dos artefatos de violência apreendidos em revista. Por circularem pelos corredores da área administrativa estes foram com quem tive mais contato, passando horas sozinho, conversando com um ou pequeno grupo deles.

O contato com o segundo grupo, por sua vez, composto por aqueles que viviam nos pavilhões e não exerciam nenhum trabalho na unidade foi bem diferente. Primeiro porque quando nos encontrávamos estava sempre, e o tempo todo, acompanhado de um agente ou da assistente social. Não que censurassem ou interferissem nas perguntas, mas eu era obrigado a dividir a atenção dos entrevistados com os funcionários. Quando os viam, os internos aproveitavam para pedir atualizações de seu processo, ou que contactassem advogados e familiares, ou que trocassem a lâmpada da cela, levassem outro colchão, os trocassem de ala, incluíssem o nome da nova esposa na lista de visita íntima, providenciasse consulta médica e mais uma infinidade de problemas. Quando me dava por mim via que as perguntas haviam se perdido no burburinho e o meu receio de que se sentissem coibidos pela presença do agente, nem chegara a ser um problema tão grande.

Além disso, como as pessoas que me conduziam tinham suas próprias responsabilidades, as conversas dentro dos pavilhões tiveram de ser sempre rápidas. Como saída, ao invés de entrar em qualquer pavilhão, na última visita experimentei indicar qual perfil de interno ainda precisava conhecer e o tipo de perguntas que precisava responder. Dessa forma os agentes conseguiram me ajudar a focar meus entrevistados e otimizar meu pouco tempo.

Além de todas essas peculiaridades o uso de gravador ou celular, dentro do presídio, me foi impedida e nas conversas realizadas fora da unidade, raros foram aqueles que se deixaram gravar. Por isso, não consegui fazer transcrições das conversas com perguntas e respostas bem definidas. Como disse, quando não eram rápidas conversas atravessadas nos pavilhões, eram pequenas conversas esparsas enquanto analisava o material ou circulava pela unidade. Dessa forma, me acostumei a escrever apenas tópicos e ideias-chave dos entrevistados e agrupá-

los por data. Estes documentos, quando citados no texto, estarão disponibilizados na seção “Apêndices” dessa pesquisa. Cabe salientar, ainda, que por respeito à privacidade dos entrevistados e entrevistada substituí seus nomes, não indico suas funções dentro do Copemcan.

Outra fonte importante para me ajudar a entender a organização da vida no cárcere foram as leituras de criminologia, em especial as revistas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – órgão primeiro da execução penal subordinado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública – artigos do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Além de trabalhos etnográficos como os da antropóloga Karina Biondi, os livros do médico Drauzio Varella sobre sua experiência como voluntário no sistema prisional do estado de São Paulo e relatos autorais como de Graciliano Ramos, Jocenir e André Torres.

Já no exame do artesanato e do material apreendido, entendendo que a cultura material, tanto quanto a fala e a escrita, é primeiro uma forma de comunicação e um repositório de significados, através do qual “as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente” (Tânia LIMA, 2011, p. 19; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012). Mas também, agente ativa nas relações sociais, na afirmação ou dissimulação de identidades, na promoção de mudanças, na demarcação de lugares de classe, no reforço de estratégias de dominação e resistência e no desempenho de papéis sociais (Tânia LIMA, 2011; Pedro FUNARI, 2003). Apliquei, como forma de estabelecer primeiro contato com a coleção, um roteiro de análise desenvolvido e apresentado aos alunos da disciplina Arqueologia Histórica II, ministrada por meu orientador, professor Leandro Duran, com base na metodologia do professor de história da arte Jules Prown. Nesse roteiro os objetos são esquadrinhados por meio de perguntas que levam a conhecê-lo dentro de cinco categorias: composição material, modo de confecção, procedência, funções planejadas e funções sugeridas – por marcas de uso, por exemplo – e valores simbólicos possíveis.

Devo adiantar, entretanto, que aceitei que meus objetivos de dedicar a mesma atenção à todas as formas de manifestação cultural atrás das grades seriam impraticáveis. Pelo tempo que necessitaria para analisar o material, propor as primeiras interpretações, debatê-las e refiná-las. Por isso não incluí pensamentos sobre manifestações gráficas nas paredes, organização do espaço celular, estratégias de produção de conforto, fuga, lazer – que não o consumo de drogas – e sinto por ter me feito superficial ao tratar da construção do universo cotidiano em comparação com o que me parece girar em torno de objetos de violência e poder. Mas acredito que tratarei melhor desses assuntos em outras empreitadas acadêmicas.

3. “Misture bem essa química, pronto”¹³

ou, um histórico da privação de liberdade e dos equipamentos prisionais em terras brasileiras

O tempo presente na arqueologia do contemporâneo, como vimos, é tido antes como consequência do passado do que momento hermeticamente separado do que veio imediatamente antes. Quando assumimos que o tempo é uma linha contínua, integrada, e que as divisões que conhecemos na escola foram criadas para comportar fatos que em verdade se conectam sucessivamente sem sobrepor o que fica para trás, ampliamos nosso campo de atuação para ambas as direções (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2012). O passado da privação de liberdade no nosso país, por exemplo, percola o tempo e derrama influências sobre nossa experiência atual com o cárcere. Nesse sentido, vale a pena vermos o que nos fez chegar até o que temos hoje.

Em primeiro lugar, há quem diga – como o fez o sociólogo alemão Norbert Elias – que as sociedades estão numa constante esteira rolante de mudanças em seus comportamentos públicos, trazendo para a intimidade dos lares atitudes antes levianamente comuns, – como fumar em locais fechados ou comprar pessoas de pele escura – mas agora incivilizadas. Até mais do que isso, diz que gradativamente, essas mudanças, outrora conscientes, passam a se incorporar à psique das novas gerações. No que nos interessa, Elias estaria sugerindo que a violência pública dos suplícios, em algum momento não encontra mais ambiente dentro de uma sociedade que pouco a pouco interiorizou, privatizou acessos de violência (Fernando SALLA, Maitê GAUTO e Marcos ALVAREZ, 2006).

Somando às leituras do historiador holandês Pieter Spierenburg que defendia que esse tipo de inclinação vinha das camadas educadas da sociedade, aficionadas em encontrar meios de diferenciar-se dos populares, David Garland, – sociólogo e criminólogo inglês – em seu “Punição e sociedade moderna: um estudo em teoria social”¹⁴, de 1990, conclui que a transferência dos espetáculos públicos de punição para o interior de espaços fechados onde o sofrimento físico dá lugar a técnicas científicas de ataque à alma é consequência de pressões das elites europeias (Fernando SALLA, Maitê GAUTO e Marcos ALVAREZ, 2006).

¹³ “Diário de um detento”, de Racionais MC’s.

¹⁴ No original: “*Punishment and modern society: a study in social theory*”.

Verdade ou não, certo é que desde que aqui foram deixados Afonso de Ribeiros e João de Tomar pela esquadra de Pedro Álvares Cabral na condição de criminosos degredados do Reino de Portugal (Simei TORRES, 2006; Sandra GARBELINI, 2005), até o dia de hoje, o Brasil já esteve sob quatro legislações penais. Em verdade, ao designar as terras que hoje tem sob seus pés como local temido de exílio daqueles que não mereciam circular entre a educada população portuguesa do século XVI, a ideia de prisão nos tempos coloniais já se fazia tão presente que de mãos dadas com exploração, dizimação e escravidão poderia reclamar os direitos de maternidade desse pedaço da América.

Colônia

Em 1589, o rei da Espanha e de Portugal e Algarves Filipe I determina uma reforma no antigo Código Legislativo do Reino, as Ordenações Manuelinas. Postas em vigor em 1603, as novas Ordenações Filipinas só são completamente substituídas em Portugal no ano de 1867 e no Brasil em 1917. Em ambas as cartas, o quinto e último livro destinava-se à legislação penal (Simei TORRES, 2006; Flávio NETO, 2008; Carlos ARAÚJO, 2004; Cláudia TRINDADE, 2008).

Sem procurar fugir muito da realidade europeia mais ampla as penas previstas pela Ordenação eram retributivas (Simei TORRES, 2006) e num governo absolutista significa dizer que quebrar uma lei não constitui apenas prejudicar direta ou indiretamente sua vítima. Ainda que não afete ninguém o delito ousa riscar o poder do soberano, olhos e mãos de Deus na Terra, e por isso precisa ser reparado e vingado (Michel FOUCAULT, 2009). As Ordenações previam, então, profunda gama de crimes domésticos, públicos, econômicos, morais, religiosos e políticos com punições severas como o açoitamento “em quase todas as condenações, mas sempre reservado às pessoas comuns” (Simei TORRES, 2006, p. 33).

Antes da elaboração do nosso primeiro Código Penal o cárcere era utilizado aqui como equipamento de custódia, onde o detido apenas aguarda julgamento ou a execução de sua pena. Fosse nas Câmaras Municipais, realidade muito comum nas grandes vilas e cidades, fosse em quartéis, fortalezas, navios da Marinha, ilhas ou nos temíveis calabouços – prisões sem local fixo, podendo ser instalados em fortalezas ou Câmaras, mas os únicos espaços reservados exclusivamente a escravos fugidos ou açoitados a mando de seu dono (Flávio NETO, 2008; Carlos ARAÚJO, 2004).

Sofrendo constantes fugas e produzindo um sem número de casos de doenças que, repetidamente, tiravam a vida de alguns internos pela total falta de higiene destes espaços

(Flávio NETO, 2008), desde o século XVIII o Império português discutia a criação de uma Casa de Correção no Rio de Janeiro, que deveria ser “bem projetada para se reprimir o vício, promover o trabalho, e tirar da ociosidade uma espécie de lucro e de ganho em utilidade daqueles mesmos que o desprezam” (Relatório do Vice-rei Luiz de Vasconcelos, Fls. 26, apud Carlos ARAÚJO, 2004, p. 28). Intenções bem parecidas com aquelas que fizeram surgir os primeiros equipamentos europeus de aprisionamento de mendigos e desempregados na Inglaterra do século XVI (Dario MELOSSI e Massimo PAVARINI, 2006).

Já a partir de 1808, no redemoinho de reestruturação burocrática sofrida com os preparativos para chegada da família real, os equipamentos prisionais ficam a cargo da Intendência Geral de Polícia da Corte, “responsável pela manutenção da ordem e pela implementação das obras públicas necessárias à transformação do Rio de Janeiro” (Carlos ARAÚJO, 2004, p. 62). Como medidas urgentes, a nova instituição elencou “a transformação da urbe colonial em um local digno de ser a moradia de tão nobres cabeças” e “o controle da criminalidade nas ruas da cidade” (Carlos ARAÚJO, 2004, p. 63). Acontece que, os tantos fidalgos que para cá vieram, como sabemos, desalojaram uma série de ricas casas de personalidades coloniais, mas também prédios oficiais como a Cadeia Pública da Corte. Sem ter para onde transferir os aprisionados a solução encontrada foi utilizar um prédio pertencente à Igreja, o Aljube, antiga prisão eclesiástica (Carlos ARAÚJO, 2004).

Apesar de todas as mudanças na cartografia das penas na capital, as punições não sofrem nenhuma alteração, mantém-se, para os escravos e escravas, para libertos e libertas e para pobres livres, os açoites, degredos, trabalhos forçados com correntes, penas de morte e a detenção do século passado. O único ponto de encontro de todas essas pessoas era o Aljube, que agora abrigava a Cadeia Pública da Corte e com a transformação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro em Casa de Suplicação do Reino passou a encerrar indiciados vindos de boa parte do Império português que aguardavam julgamento ou o cumprimento da sentença. Não é de se espantar que o Aljube se torne a pior e maior, em número de detentos, prisão do Império na largada dos 1800 (Carlos ARAÚJO, 2004).

Império

Mas os ventos que sopravam da Europa e Estados Unidos pedindo mudanças no modo de punir desviantes enfim viam espaço num Brasil cansado da cara de Colônia. Alguma coisa no interior das camadas mais letradas do velho mundo as fez se afastar do quadro quimérico das prisões do modo como as criaram. Na Europa da segunda metade do século XVIII, por

exemplo, crescem o número e força das declarações contra os suplícios. A violência do soberano, insuflava tomadas de atitude radicais e violentas das classes subalternas, o controle podia ser perdido a qualquer momento, os reformadores do sistema penal bradam, então, que “é preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar” (Michel FOUCAULT, 2009, p. 72).

Eis que a Europa da segunda metade do século XVIII é marcada pelo desaparecimento do suplício como condenação, do corpo como alvo da repressão penal. Temia-se punir enquanto eram exploradas maneiras de reeducar aquele que desviasse. Passo a passo a pena de morte foi, antes de desaparecer, tornando-se sutil, burlando, como podia, a dor, dando espaço para o emprego generalizado da reclusão, dos trabalhos forçados, da interdição de domicílio e do exílio. O que se discute é como resolver a equação da justa medida que coloca por um lado o grau da força punitiva e por outro o respeito à humanidade do indivíduo (Michel FOUCAULT, 2009; Cláudia TRINDADE, 2013). As reformas penais daí resultantes tinham, pois, como objetivo principal “constituir uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir” (Michel FOUCAULT, 2009, p. 86). As penas deixam de significar uma vingança do soberano para representarem a quebra de um contrato por todos legitimado e imprimem no criminoso a imagem daquele que fere a ordem, as instituições e a própria sociedade de que faz parte (Michel FOUCAULT, 2009).

Já no Brasil, onde a questão penal nunca insinuou estar na ordem do dia, toda essa virada de perspectiva parece ter chamado muita atenção do corpo político e acadêmico do novo Império independente das Américas, a ponto de colocar o país entre os primeiros da América Latina a iniciar as discussões sobre o tema (Flávio NETO, 2008; Cláudia TRINDADE, 2013). As mudanças no quadro penal, em todo caso, vieram de forma gradativa. Antes da promulgação do Código em 1830, substituindo o Livro V das Ordenações, o passo inicial foi dado com a aprovação da lei que “garantia os direitos individuais contra a arbitrariedade dos juízes criminais” em 1821 (Cláudia TRINDADE, 2008, p. 176).

Já na Constituição de 1824 o artigo 179 aboliu “a pena de morte, as torturas, os açoites, extensão da infâmia do réu para a sua família e estabeleceu a igualdade de todos os cidadãos perante a lei” (Flávio NETO, 2008, p. 29; Sandra GARBELINI, 2005; César LEAL, 2004), seguia, nos incisos 19 e 21, determinando que as cadeias deveriam ser seguras, limpas e bem arejadas, onde os indivíduos fossem separados por delito. Afora isso, continuavam valendo as Ordenações, até que em 1826 comessem as discussões de criação do novo Código que, na prática, pouco acrescentou além do que já vinha sendo ditado pela Lei de 1821 (José FILHO, Silvana MARIZ e Francisco NETO, 2017; Cláudia TRINDADE, 2008).

Na toada do que argumentam Ricardo Salvatore e Carlos Aguirre em “O nascimento da penitenciária na América Latina”¹⁵, de 1996, de que o cárcere é amplamente adotado no nosso continente como equipamento punitivo por uma necessidade do Estado e das elites em controlar as camadas populares e fazê-las encaixar-se no molde de sociedade moderna que a independência traz enquanto afasta da vista geral da sociedade bem educada os elementos mais dissonantes, Flávio (NETO, 2008) sugere que aqui no Brasil isso acontece apenas depois de sofrer adaptações calculadas pelos interesses escravocratas nacionais. Não cabia às pessoas escravizadas o benefício da correção, ou da reforma moral pelo trabalho, mas sim, as repreensões ao corpo. Desse modo, permanecem no Código, mesmo depois de abolidas pela Constituição, a pena de morte, a de galés¹⁶ e a de açoites, sob argumento de que sem estas, seria impossível fazer as massas escravas temerem a ideia de estarem atrás de grades (Flávio NETO, 2008; Cláudia TRINDADE, 2008, 2013).

O novo Código defendia pontos dissonantes ao Antigo Regime, alguns influenciando na função pretendida da pena de privação de liberdade. A esta, cabe, a partir de então, recuperar o criminoso e reinseri-lo na sociedade. Como mecanismo de materialização desses dogmas a pena de prisão com trabalho, somada à prisão simples são previstas em 53% dos casos no documento. E é daí, então, que se tem início a construção de penitenciárias por todo o Brasil, como a do Rio de Janeiro em 1850, a de São Paulo em 1852, as de Pernambuco e São Pedro do Rio Grande do Sul em 1855 e a da Bahia em 1863 (Flávio NETO, 2008; Cláudia TRINDADE, 2008; Flávio NETO, 2017).

Acontece que a execução dessas ideias não podia ser totalmente garantida pois, poucas eram as instituições com capacidade estrutural para oferecer esse tipo de penalidade. Como alternativa, ficou comum a comutação da pena de prisão com trabalho em prisão simples, desde que acrescentada a sexta parte do tempo de condenação (Erica SILVA, 2007; Cláudia TRINDADE, 2008), o que somado ao distanciamento do Estado na manutenção da vida do interno traria como resultados, sugeridos pelo Relatório da Comissão Inspetora da Casa de Correção da Corte de 1874, a morte de “245 dos 1.099 internos que entraram entre junho de 1850 e dezembro de 1869” (Marcos BRETAS, 2017, p. 78). Entre os condenados a mais de dois anos o número foi de 236 em 656 e para os 32 condenados a passar mais de vinte anos presos apenas cinco ainda caminhavam entre os vivos (Marcos BRETAS, 2017).

¹⁵ No original: “*The Birth of the Penitentiary in Latin America. Essays on Criminology, Prison Reform and Social Control, 1830-1940*”.

¹⁶ “A pena de galés consistia [...] no envio do condenado para as embarcações (galés). No século XIX, com a criação do primeiro Código Criminal do Brasil em 1830, esse tipo de pena foi comutado em serviço a ser realizado em obras públicas” (Erica SILVA, 2007, p.3).

Mas, se olhássemos em perspectiva e cogitássemos admitir que o Estado brasileiro age, antes de qualquer coisa, em favor próprio, perceberíamos quão útil foi esse estado de coisas. Sugeriríamos, quem sabe, que as desesperadoras cenas promovidas pelo combate internacional ao tráfico de escravos, – que antecedeu o abismo do fim da escravidão – pela rápida entrada de imigrantes, pelas incessantes e inacabáveis revoltas populares da Regência exigissem que as elites, donas dos mecanismos de poder, incluíssem na sua gestão das ilegalidades e da pobreza aqueles equipamentos modernos que fariam sumir dos grandes centros a figura dos desajustados, dos pretos, dos pobres e dos sofridos (Marcos BRETAS, 2017; Flávio NETO, 2008). Nada poderia fazer crer, então, que o que vem depois seja, em algum grau, menos pior.

“E nós somos a consequência maior

Da chamada violência”¹⁷

Primeira República

E de fato não o foi. O fim da escravidão, sem nenhuma política de inclusão dos mais de 720 mil ex-escravizados, somados aos números cada vez maiores de imigrantes europeus levou a um inchaço desordenado das cidades, incapazes que eram de oferecer formas de absorção de toda essa massa de desempregados. A resposta policial foi, tão logo, apontar os capoeiras¹⁸, imigrantes e pobres como responsáveis maiores pelo descontrole nas ruas, pela subida nos índices de roubo, latrocínio e prostituição (Myrian SANTOS, 2004; Alessandra TEIXEIRA, Fernando SALLA e Maria MARINHO, 2016).

Mas voltemos antes alguns passos. Lembremos que em 13 de março de 1888 é assinado, a contragosto de muitos dos maiores produtores rurais do país, o documento que desestrutura o sistema produtivo nacional. Que em 15 de novembro de 1889 um marechal doente inaugura um novo regime na política brasileira. A economia muda, o nome do país não é mais o mesmo, os cargos políticos são outros, o líder do governo é substituído e o Código Penal se atualiza. A tônica da vez, no discurso dos reformadores, é a recuperação das pobres almas desviantes em lugar da triste degradação destas (Myrian SANTOS, 2004).

Para isso, o Código de 1890 teve como pilar a escola Clássica do Direito, onde impera a defesa ao livre arbítrio e, numa demagoga tentativa de reduzir o paternalismo do Estado brasileiro, os indivíduos deveriam responder por cada uma de suas ações (Karla SILVA, 2006; Sandra GARBELINI, 2005). Age ainda, aprofundando as reformas do Código de 1830 ao

¹⁷ “*Hey boy*”, de Racionais MC’s.

¹⁸ A capoeira foi oficialmente criminalizada com o artigo 402 do Código Penal de 1890.

reduzir penas como as de banimento, degredo e desterro, extinguir a de galés, alongar grande parte das demais e estender esperanças na educação e trabalho dentro do cárcere, na forma de colônias agrícolas e industriais (Myrian SANTOS, 2004; Amy CHAZKEL, 2017; Sandra GARBELINI, 2005). É a vez do cientificismo, dos laudos médicos e psiquiátricos, das colônias agrícolas, dos mendigos e capoeiras.

Nessa Carta o Estado se instrumentaliza para proteger o trabalho e as propriedades pública e privada. Desenvolve-se uma inquietação com pequenos crimes, contravenções e comportamentos desviantes, como jogo, prostituição, comércio ambulante sem licença e vadiagem, mas os define de forma pouco concisa, o que gera um acúmulo de poder nas mãos das polícias locais. Ainda que a vadiagem tenha sido tratada e combatida na Colônia e no Império, na República, escolher não trabalhar faz da pessoa alvo querido pela elite nacional, elemento totalmente destoante dos valores modernos do novo regime republicano (Karla SILVA, 2006; Alessandra TEIXEIRA, Fernando SALLA e Maria MARINHO, 2016). As colônias correcionais tinham então, por objetivo, “prender e educar os que perambulavam pelas ruas [...] dando a eles um ofício e adaptando-os aos padrões de conduta da época” (Myrian SANTOS, 2004, p. 147; Amy CHAZKEL, 2017; Carlos MIRANDA, 2017).

Boris Fausto, analisando estatísticas da polícia na São Paulo de 1880 a 1924, encontra, por exemplo, uma predominância de detenções de vadios e capoeiras (Karla SILVA, 2006). No Rio de Janeiro, os registros de entrada, para a década de 1890, na Casa de Detenção indicam um aumento considerável de aprisionamentos por jogo e vadiagem, além de destinar à Colônia Correcional de Dois Rios capoeiras, vadios maiores de 21 anos, indivíduos de qualquer idade, desde que pertencessem às classes perigosas, bêbados, mendigos, órfãos e menores abandonados (Myrian SANTOS, 2004; Amy CHAZKEL, 2017).

Em Minas Gerais as Colônias passaram a ser encaradas com certa prioridade dentro da Câmara dos Deputados. Nos Anais do ano de 1894 da Câmara dos Deputados de Minas identificamos como argumentos para as Colônias a “proteção da infância abandonada, a correção dos indivíduos sem ocupação lícita, sem domicílio certo e a regeneração de todos os viciosos que tenham facilidade de se tornarem criminosos” (Karla SILVA, 2006, p. 39). Acontece que por trás desses argumentos, existia uma forte resistência e incapacidade dos grandes donos de terra em aceitar e aprender a lidar com o fim do trabalho escravo e as peculiaridades do trabalho assalariado (Karla SILVA, 2006). Algo razoavelmente semelhante pode ter acontecido em São Paulo no curso de seu espantoso crescimento industrial, onde fazia-se imperioso disciplinar as classes populares para o trabalho e impedi-las, de qualquer forma,

de escolherem não vender sua força (Alessandra TEIXEIRA, Fernando SALLA e Maria MARINHO, 2016; Sandra GARBELINI, 2005).

Apesar da efetiva influência do ideal de liberdade de escolhas introduzido no Código de 1890, não podemos nos deixar esquecer da presença das ideias deterministas do italiano Cesare Lombroso nos meandros da execução penal nesse país, para quem o livre-arbítrio era condição inferior às predisposições naturais na tomada de decisões. Traduzindo suas ideias ao contexto brasileiro, em “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, publicada em 1894, o médico maranhense e grande defensor do emprego da criminologia biológica no Brasil, Raymundo Nina Rodrigues, defendia que índios e negros não fossem julgados com as mesmas leis previstas para pessoas brancas (Karla SILVA, 2006; Myrian SANTOS, 2004; Carlos MIRANDA, 2017).

Respaldavam-se em teses de que o crime é natural ao indivíduo criminoso, incapaz de evitar a violência, cabendo à pena, se não curar o desviante, ao menos, com uma mão, dar sinal jurídico de que a ordem está sendo reestruturada e, com a outra, disciplinar os elementos fora da curva, fazê-los espremer-se na forma social. Muitos eram presos, então, não por cometerem, mas por serem: “por ser um gatuno conhecido”, “por ser jogador”, “por ser gatuno e desordeiro”, “por ser um desordeiro incorrigível”, e o ambíguo “por ser vagabundo” (Mozart MENEZES, 2017; Amy CHAZKEL, 2017; Carlos MIRANDA, 2017).

As ações do Estado sobre desajustados se tornaram ainda mais efetivas na década de 1920, em especial como resposta simplificada ao aumento da população marginalizada nos centros urbanos país a fora. A capital do estado de São Paulo, por exemplo, viu, entre 1934 e 1939, um aumento de 60% de detenções por vadiagem, mesmo a população tendo crescimento menor, na ordem dos 50% (Karla SILVA, 2006; Alessandra TEIXEIRA, Fernando SALLA e Maria MARINHO, 2016).

Por mais otimista que sejamos o quadro das prisões na Primeira República no nosso país era ainda deplorável. Determinar mudanças na lei não assegurava vê-las cumpridas. Há quem diga, talvez em tom de brincadeira, que o grande problema foi a crônica falta de recursos, que a prisão com trabalho, por exemplo, teria dado certo, não fossem as verbas federais e estaduais que teimavam em faltar e por isso tantos negros, prostitutas, analfabetos, pobres, desabrigados e crianças abandonadas tenham sido internados em equipamentos de vigilância e controle do corpo sem a graça do trabalho forçado e regenerador. Talvez, realmente, a falta de dinheiro para a construção de boas prisões tenha transformado massas e massas de cidadãos socialmente vulneráveis em perigosos baderneiros tratados a cassetete e concreto (Amy CHAZKEL, 2017).

Espante-se você, ou não, o problema da vadiagem insistiu em marcar a tônica das ações carcerárias brasileiras ainda por muito tempo. No Estado Novo, criamos Delegacias de Repressão à Vadiagem, a final de contas, “a riqueza dependia do progresso” e sem trabalho o progresso é imperdoável (Karla SILVA, 2006, p. 115).

“500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou”¹⁹

Estado Novo, Código novo

Apesar de produzir mais um Código Penal, promulgado em 1940, o estado penal, no desenrolar da ditadura varguista, parece ter chamado menos atenção dos historiadores e sociólogos que investigam o tema no Brasil, ainda que o período tenha sido marcado por algumas das maiores rebeliões em presídios até então, sementes daquela que viria a ser a maior matança de presos desde o Brasil dos degredados. Tentemos, pois, projetar o cenário do restante do país a partir do que vinha acontecendo no nosso estado mais rico e com o aparato de encarceramento, até aquele momento, mais bem equipado.

Nos primeiros anos da década de 1950 São Paulo ainda não havia se adequado às normas legais editadas pelo Código de 1940, as políticas públicas para o setor eram antes improvisos às emergências que planos pensados para o longo prazo. O quadro parece virar quando da revolta de internos da Ilha Anchieta em 1952. Infeliz episódio que ajudou, por um lado, a sacramentar a intolerância de parte da sociedade em relação aos apenados, fazendo fechar os olhos para a crescente violência policial e a nefasta formação dos grupos de extermínio em fins da década de 1950, no Rio de Janeiro, e meados dos anos de 1960 em São Paulo. E por outro, sedimentar, cada vez mais o indivíduo em sua carreira criminosa e fortalecer lideranças entre os detentos (Fernando SALLA, 2015).

O que veio imediatamente antes já era sinal suficiente de que medidas deveriam ser tomadas, mas uma sucessão de más decisões levou a um desastre sobre outro. Por exemplo, em abril de 1947, durante sessão na Assembleia Legislativa de São Paulo, o deputado Alfredo Farah, denunciava torturas realizadas na Penitenciária do Estado. Anos mais tarde, em 1951, a população paulistana foi tomada de surpresa com a primeira fuga registrada em mais de vinte anos de atividade do estabelecimento. No dia seguinte à fuga, o mesmo Alfredo Farah volta a debater a debilidade das prisões do sistema paulista, asseverando que o que aconteceu não deveria, jamais, ser encarado como imprevisível (Fernando SALLA, 2015).

¹⁹ “A vida é desafio”, de Racionais MC’s.

As razões para as revoltas do período não podem ser apartadas da maneira como o Estado escolheu tratar a segurança pública. Escolhas que passam pela ação da polícia, pela atuação dos agentes penitenciários, pelas condições estruturais dos estabelecimentos, pelas atividades de reinserção dos internos à sociedade livre, pela gestão das unidades e pelos maus-tratos. No entanto, o que os revoltosos talvez não esperassem era que o episódio na Ilha Anchieta afetasse tão profundamente a população, que mobilizasse a mídia, pautasse o debate político, exigisse tomadas de atitude enérgicas e homogeneizasse a imagem do criminoso como pior dos nossos inimigos. “Os acontecimentos da Ilha contribuíram para a construção da ideia de uma guerra: de um lado os criminosos e, de outro, as forças policiais” (Fernando SALLA, 2015, p. 637).

A revolta, que deixou mortos oito soldados, dois policiais civis, três guardas, quinze internos e ainda seis desaparecidos “foi um momento intenso de fortalecimento de um repertório de ideias, valores, práticas em relação ao campo da punição de viés autoritário e de pouco respeito aos direitos dos indivíduos” (Fernando SALLA, 2015, p. 639). As capturas dos fugitivos que conseguiram chegar ao continente, por exemplo, foram cadenciadas por um sentimento de vingança e cenas escabrosas de violência policial em que, segundo conta Paulo Duarte, em matérias escritas para sua revista Anhembi, os que eram recapturados “iam sendo chacinados pelas forças legais” (1952, apud Fernando SALLA, 2015, p. 639).

O fechamento da Colônia na Ilha acabaria por vir em setembro de 1955 e com ele a construção de outras unidades, como a Casa de Detenção de São Paulo, no bairro Carandiru, Institutos Penais Agrícolas nas cidades de Bauru, Itapetininga e São José do Rio Preto, a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté e o Instituto de Reeducação de Tremembé. Porém, a permanência do modo de guiar as políticas penais no estado foram felizes, ainda, em produzir, em 1961, outra tragédia, seis anos após a inauguração da Casa de Custódia de Taubaté. Quarenta internos mortos numa tentativa de fuga que viria a inflamar uma rebelião. E, pasmem ou não, os identificados como principais líderes deste evento estavam envolvidos, também, na rebelião de 1952 em Anchieta (Fernando SALLA, 2015).

Esse episódio, e ainda, o assassinato do diretor do Instituto Penal Agrícola de São José do Rio Preto por um apenado – que também estivera em Anchieta em 1952 – podem ter acelerado as pressões para a ampliação do Carandiru, através da instalação de celas coletivas. Passo perfeito para fazer da Casa de Detenção do Carandiru, um dos maiores presídios do mundo (Fernando SALLA, 2015).

O que vem depois é um maciço recrudescer das políticas de policiamento e encarceramento no Brasil dos anos de 1970 – justificado pela interrupção democrática que o país sofre de 1964 a 1985 e a manutenção de um Estado autoritário – até hoje. Entretanto, provocante é perceber como a taxa de aprisionados cresce vertiginosamente nos anos pós Constituinte, saindo de 65,2 internos para cada grupo de 100 mil habitantes em 1988, para 95,4 em 1995 e 134,9 em 2000. A resposta dada é um aumento real nas estatísticas da criminalidade da época, com o número de homicídios no início dos anos 2000 chegando a 50.000 por ano, 25 casos a cada 100.000 habitantes, que ao gerar um sentimento de insegurança generalizada demanda das autoridades públicas intervenção exemplar (Fernando SALLA, 2003; Rodrigo AZEVEDO e Ana CIFALI, 2015).

Porém, as políticas de Estado e de governos para essa área são totalmente destoantes da guinada democrática que o país dá nesses anos. E quanto a isso a resposta, por sua vez, costuma ser a aplicação de estratégias exigidas pela política nacional. Por exemplo, Franco Montoro e Leonel Brizola, governadores, respectivamente de São Paulo e Rio de Janeiro, eleitos depois do regime militar, defendiam a aprovação de medidas que reduzissem violações dos direitos humanos, mas a criminalidade crescente, a crise econômica, a não exoneração de policiais com indícios de práticas abusivas e corruptas nas décadas anteriores e a opinião pública, resultaram numa resistência profunda da sociedade às reformas penais no sentido de humanizar a atividade prisional e de policiamento (Fernando SALLA, 2003; Rodrigo AZEVEDO e Ana CIFALI, 2015).

Consequência e combustível para tudo isso são as instabilidades por que passam o sistema penitenciário nos anos seguintes e a maneira arbitrária e violenta com que a polícia se posiciona. A primeira das grandes rebeliões que anuncia os cento e onze do Carandiru acontece nos dias 15 e 16 de setembro de 1986 na penitenciária de Presidente Wenceslau, estado de São Paulo. Treze pessoas foram mortas por espancamento por policiais militares e agentes penitenciários. Ninguém foi identificado e punido. Mais tarde, no dia 29 de julho de 1987, na penitenciária do Estado, em São Paulo, respondendo a uma rebelião com reféns e um funcionário morto pelos internos, a polícia militar executa 29 pessoas (Fernando SALLA, 2003).

Dez anos mais tarde, e cinco após o escândalo internacional do Carandiru, em 31 de julho de 1997, no presídio do Róger, em João Pessoa, oito presos acusados de liderar tentativa de fuga foram mortos pela polícia militar. Em Fortaleza, no dia 25 de dezembro de 1997, seis presos são executados pela polícia depois de fuga com reféns. O último caso nos anos de 1990

tem como palco uma tentativa de fuga da penitenciária central de Natal, em 5 de fevereiro de 1998, e um saldo de sete apenados mortos (Fernando SALLA, 2003).

É evidente que o governo federal e os estados não conseguem gerir e sanar os inúmeros problemas da área na década de 1990. Em verdade, não conseguem se antecipar aos novos impasses – fortalecimento do crime organizado, rebeliões recorrentes e o assustador número de mortes entre apenados – que multiplicam o efeito dos antigos problemas – superlotação, péssimas condições de vida nas celas, incapacidade de reinserção social, tortura e maus tratos (Fernando SALLA, 2003). Desse momento até agora, de um modo geral, três eventos são determinantes no modo de estabelecer a dinâmica das cadeias no Brasil e reestruturar o poder no interior das unidades.

Antes de entrar no primeiro deles, e além de tudo o que já discutimos, poderíamos deixar registrados mais alguns números. Muitos foram os grupos criminosos gestados dentro das cadeias brasileiras e que começaram a exercer atividades ilícitas, também, fora dos muros, na década de 1990 como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Democrático da Liberdade (CDL), o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC) e a Seita Satânica, todos no estado de São Paulo. No Rio de Janeiro aparecem o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC) e o Amigos dos Amigos (AA). Uma década marcada por um déficit no número de vagas no sistema que saiu de 74.533 em 1993, passou por 96.010 em 1997 e entra no novo século apontando 57.174 vagas abaixo do mínimo necessário, mas mantendo inalterada a taxa de 1,3 pessoas para cada vaga. Uma década marcada por 131 homicídios dentro de uma população encarcerada de 129.169 pessoas em 1994, ou 1,01 morte para cada grupo de mil internados, contra 82 homicídios em uma população carcerária que beirava um milhão de pessoas nos Estados Unidos em 1995, ou 0,08 para cada grupo de mil pessoas (Fernando SALLA, 2003; Giane SILVESTRE e Felipe MELO, 2017).

Eis que na tarde do dia 18 de fevereiro de 2001, um domingo de visita em boa parte dos presídios brasileiros, é deflagrada e seguida por cerca de 28 mil presos, a maior rebelião da história do estado de São Paulo. Envolvendo 29 presídios, a mídia deu o nome de megarrebelião ao evento que, desencadeado pelo PCC, exigia a volta dos líderes do grupo, transferidos para uma unidade de segurança máxima, e denunciavam “más condições das prisões, alimentação ruim, falta de assistência médica ou judiciária, arbitrariedades praticadas pelas autoridades, maus tratos” (Fernando SALLA, 2003, p. 425). Como resultado, o movimento mostrava às autoridades políticas e administrativas do estado, à mídia, às outras organizações de menor

envergadura e à população livre, o tamanho e a força de ação do Primeiro Comando da Capital (Fernando SALLA, 2003).

Anos mais tarde, em 2006, enquanto o Governo Federal atendia à uma antiga reivindicação dos estados criando o Sistema Penitenciário Federal – com unidades inspiradas nas penitenciárias de segurança máxima estadunidenses – onde os detentos permanecem vinte e duas horas por dia em celas solitárias, sem rádio, televisão ou outro equipamento elétrico e destinadas a receber presos “perigosos”, em especial as lideranças de organizações criminosas (Camila DIAS e Bruno MANSO, 2018), mais uma tentativa de transferência de líderes do Comando gera uma impressionante onda de ataques e rebeliões pelo estado. Desta vez, dividida em quatro cenas, a movimentação do grupo tem como saldo do primeiro e mais grave momento de ataques, que vai de 12 a 20 de maio, quase 439 mortes por armas de fogo, uma sorte de rebeliões em presídios, investidas contra policiais, postos e delegacias de polícia, edifícios públicos e privados, agências bancárias e ônibus de transporte coletivo. No dia 15 de maio os noticiários de televisão mostram uma São Paulo de ruas quase completamente esvaziadas às 19 horas. Algo em torno de 77.000, ou 62% das pessoas presas no estado se amotinam. Como medida desesperada o governo procura estabelecer um acordo com o Comando para cessar imediatamente as investidas. “Em seis dias de crise, já haviam sido mortos em confronto 93 suspeitos. [...] É praticamente o triplo da média mensal de mortos pela polícia no primeiro trimestre de 2006” (Sérgio ADORNO e Camila DIAS, 2016, p. 123).

O quadro vai se aproximando do fim em agosto, com as últimas investidas entre os dias sete e onze daquele mês. O saldo para agosto é de 167 ataques no estado, 33 suspeitos presos e seis mortos pela polícia. O fim, de fato, acontece com o sequestro do jornalista e do assistente técnico da Rede Globo, Guilherme Portanova e Alexandre Coelho Calado, em troca da transmissão de um comunicado em vídeo onde o PCC fala da opressão nas prisões (Sérgio ADORNO e Camila DIAS, 2016, p. 119).

Os atos do ano de 2006 são essenciais para o que vem a acontecer na organização do poder no sistema prisional do estado de São Paulo e mais tarde do país. Documentos internos do Comando sugerem que a facção desaprovou os poucos ganhos com as investidas e os muitos prejuízos financeiros e em número de integrantes mortos pela polícia, preferindo por considerar outros meios de ação. Por outro lado, o governo estadual, representado pela nova gestão, que substituiu aquela que geria a Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo logo no primeiro mês da crise, parece procurar, desde então, distribuir os apenados de forma

mais orgânica, tratando, talvez, de forma mais direta com as lideranças do PCC, na tentativa de manter a paz nas unidades (Sérgio ADORNO e Camila DIAS, 2016).

O resultado é um tipo de necessidade mútua entre Estado e Primeiro Comando da Capital que justifica a manutenção do quadro de encarceramento em massa, superlotação e péssimas condições de habitação das unidades sem a ocorrência de novos episódios de rebeliões generalizadas – até o ano de 2015. É possível, a partir de então, que se sustente um tipo de equilíbrio no sistema, o Estado mantém suas políticas de gestão das prisões inalteradas e o PCC mantém sua condição de hegemonia na organização do crime dentro e fora das cadeias, em São Paulo e em outros estados do país (Sérgio ADORNO e Camila DIAS, 2016).

O PCC, cuja hegemonia já havia sido demonstrada na crise de 2006, seria o único ator no sistema prisional paulista a apresentar condições de exercer controle sobre os presos e, desta forma, impor e garantir a ordem num cenário de caos. Assim, a hegemonia do PCC é a condição necessária para que o processo de encarceramento massivo tenha continuidade e, do mesmo modo, o encarceramento massivo é um elemento essencial no fortalecimento do PCC, uma vez que mantém uma “clientela” cativa que, pelas condições descritas antes, será submetida, inexoravelmente, ao controle do PCC: através do suprimento de materiais necessários para o cumprimento da pena (higiene, alimentação, vestuário etc.), de drogas lícitas e ilícitas (cigarro, bebida alcoólica, maconha, cocaína), garantia da segurança e proteção e, na condição de instância de mediação, de regulação e de arbitragem de todos os tipos de conflitos existentes dentro das prisões envolvendo os presos entre si e estes e a administração prisional local (Sérgio ADORNO e Camila DIAS, 2016, p. 128; Karina BIONDI, 2009; Camila DIAS, 2013).

Acontece que o Estado mantém-se firme na corrida de aprisionar quantas pessoas mais puder, com taxas de aprisionamento ainda crescendo, de 274 apenados para cada grupo de 100 mil habitantes no ano de 2012, para 306 em 2014 e enfim, 349,78 em 2017, um número absoluto de 726.354 pessoas em privação de liberdade (Rodrigo AZEVEDO e Ana CIFALI, 2015; Giane SILVESTRE e Felipe MELO, 2017; BRASIL, 2019). Por sua vez, a tentativa de desbaratar o PCC, transferindo e isolando presos considerados líderes ou ainda de alta periculosidade, fez com que a organização se espalhasse por todas as unidades do estado de São Paulo, se tornasse mais forte e galgasse novos territórios no restante do país. A história de sucesso do grupo de São Paulo parece ter inspirado centenas de outros pequenos grupos fragmentados pelos cinco cantos do país, principalmente no Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que PCC e Comando Vermelho ampliavam sua malha de gestão e influência para fora de seus estados, aglutinando em torno de si esses pequenos coletivos locais. Até que o expansionismo paulista incomoda o

antigo aliado fluminense, gerando conflitos e disputa de apoio de facções locais (Giane SILVESTRE e Felipe MELO, 2017; Camila DIAS e Bruno MANSO, 2018). Prenunciado pelas rebeliões da Penitenciária de Alcaçuz e da Cadeia Pública de Natal, ambas no Rio Grande do Norte, em 2015 e batizado pela mídia de “guerra de facções”, o novo cenário e o novo equilíbrio de poder nas prisões brasileiras ainda estão em jogo.

Até o fechamento deste capítulo, neste ano, 25 pessoas já haviam sido mortas em brigas no Instituto Penal Antônio Trindade, seis na Unidade Prisional do Puraquequara, cinco no Centro de Detenção Provisória Masculino e quatro no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, no estado do Amazonas²⁰. Mais recentemente, 62 pessoas morreram em disputa entre dois grupos rivais no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Pará, na manhã do dia 29 de julho²¹. As facções desses dois estados amazônicos cresceram em importância no tráfico de drogas e no seu número. Esses dois episódios envolvendo a Família do Norte (FDN), o Comando Classe A (CCA), o PCC e o CV podem ser só os primeiros dentro da crise de instabilidade organizacional no mundo do crime na região norte, dado que a presença do CV em Belém e seus desejos de expansão no sul do Pará – área controlada pelo PCC e CCA – incomodam o poder do CCA. Daí que, indícios parecem demonstrar que o grupo de Altamira estaria se aproximando do grupo paulista, ferrenho inimigo da FDN²².

²⁰ Fonte: 40 presos são achados mortos dentro de cadeias do Amazonas, por Ive Rylo para o G1 <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/05/27/mais-presos-sao-achados-mortos-dentro-de-cadeias-em-manaus-15-morreram-neste-domingo.ghtml>>. Acesso em: 07 de agosto de 2019, as 21:33.

²¹ Fonte: Belo Monte forjou o massacre de Altamira: novo presídio nunca entregue era obrigação da Norte Energia, por André Aroeira para o The Intercept Brasil <<https://theintercept.com/2019/08/06/belo-monte-forjou-massacre-altamira/>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019, as 10:46.

²² Fonte: CCA, CV, PCC e FDN: massacre revela nó de facções locais e nacionais no PA, por Carlos Madeiro em colaboração para o UOL <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/31/facao-cca-declarou-guerra-para-manter-rota-do-trafico-e-frear-cv-no-para.htm>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019, as 22:50.

4. “Cientista social, Casas Bahia e tragédia”²³ ou, uma proposta de discussão

Como já discutimos páginas atrás, a prisão, antes de depósito de gente, desenvolveu-se como equipamento moderno de controle total do corpo e do comportamento do internado. É um tipo de instituição em que o bem-estar das pessoas que lá se encontram é prioridade menor que a segurança dos que vivem fora de seus muros (Erving GOFFMAN, 1974). É o instrumento perfeito para reunir e colocar em atividade “todos os dispositivos disciplinares, que funcionam disseminados na sociedade” (Michel FOUCAULT, 2009, p. 283). E enquanto mais uma ferramenta disciplinar que pretende ser, “fabrica” indivíduos através de um adestramento moral e corporal daqueles que ainda não se entregaram de todo às apropriações do Estado (Michel FOUCAULT, 2009).

Quando me refiro à disciplina não falo de uma instituição ou um aparelho, mas de uma ferramenta de poder que tudo gere, que se materializa através de todas as instituições sociais que conhecemos, que controla os subalternos assim como o faz com os encarregados de controlar. No corpo estrutural da penitenciária – seja através do antigo panóptico do filósofo britânico Jeremy Bentham²⁴, seja através de modernos sistemas de câmeras de vídeo que nunca descansam – o peso do poder disciplinar se faz automático e estende seus efeitos quase sem se esforçar (Michel FOUCAULT, 2009).

A primeira preocupação do controle institucionalmente exercido sobre os apenados deve, então, ser a de “dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la” (Michel FOUCAULT, 2009, p. 207). Se admitimos pensar nessa direção, o jogo de poderes que parece se desenrolar dentro das quatro paredes, grades e cercas eletrificadas da prisão é, e continuará inevitável até que, por um lado, encontremos alguma maneira de evitar os ataques contra a noção de “eu”, de ser humano do interno, e por outro, demonstremos uma real preocupação com a garantia de existência dessas pessoas, porque:

O sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta é uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter. Quando se vê assim exposto a sofrimentos que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra num estado habitual de cólera contra

²³ “Sucrilhos”, de Criolo.

²⁴ Pensado como um prédio circular de onde, ocultos numa torre central, um pequeno número de guardas poderia vigiar cada uma das celas sem pelos internos serem vistos (Michel FOUCAULT, 2009).

tudo o que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes da autoridade: não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça.

(Félix Julien Jean Bigot de Préameneu em texto de 1819 citado por Michel FOUCAULT, 2009, p. 252).

Problema é que esses são devaneios, de saída, difíceis de amalgamar ao funcionamento pensado para essas instituições – que dirá à condição de indiferença e esquecimento que a elas reservamos desde muitos anos aqui no Brasil. Em teoria, a prisão é “um aparelho disciplinar exaustivo” (Michel FOUCAULT, 2009, p. 222). Sua força e presença não se interrompem até que tenha terminado sua missão com o indivíduo, toma pra si a tarefa de modificar a seu modo todos os aspectos da vida e da constituição moral daquele que recebe, muito mais que qualquer outro equipamento disciplinar (Michel FOUCAULT, 2009). Precisa lidar com o fato de que os recém-chegados trazem consigo uma concepção de mundo e sociedade que desenvolveram ao longo de suas vidas (Erving GOFFMAN, 1974). Uma razão de ser no mundo que aprenderam com suas famílias, vizinhos, amigos, religião, na escola, na televisão, na rua, que por sua vez, legítima atitudes que, em geral, não se alinham às pregadas pela classe dirigente desses estabelecimentos e pode, inclusive, ter sido a razão que os levaram a ser autuados e condenados. As estratégias de disciplinamento, de correção moral, provocam um certo “desculturamento”, na medida em que exige uma cisão com os conceitos de certo e errado que levaram anos para se solidificarem. Ao perder os laços com a vida que levava antes e ser bombardeada com novos significados a pessoa pode se tornar temporariamente despreparada, ou insegura para lidar com algumas situações (Erving GOFFMAN, 1974).

Além disso, o conceito de estar preso não existe, no pensamento dessas pessoas, sem estar intimamente ligado a estar livre ou sair, e as instituições lançam mão desse conflito como forma de controle. Essas ações com intenção de desequilibrar, colocar à prova os sentidos da realidade social do indivíduo internado, com a finalidade de provocar-lhe mudança íntima no seu modo de existir, trazem uma tensão psicológica tal que coloca a pessoa apenas em constante estado de guerra contra tudo e contra todos (Erving GOFFMAN, 1974).

Em segundo plano, então, o isolamento forçado do mundo externo, compartilhado por pessoas sofrendo das mesmas agruras, compartilhando, dia após dia, todas as horas de sua existência num espaço reduzido, longe de suas famílias, podendo contar apenas uns com os outros, defendendo-se dos preconceitos do grupo dirigente da unidade, enfrentando as injustiças de que falamos mais acima, acaba por facilitar a organização de um microcosmo, de uma subcultura apartada da geral, onde impera o “nós” contra “eles”, capaz, a seu turno, de produzir unidade dentro da dessemelhança, reforçar solidariedades e gerir conflitos, por vezes, com

algum tipo de hierarquização (Michel FOUCAULT, 2009; James SCOTT, 2000; Camila DIAS, 2013; Cristian GUIMARÃES, Stela MENEGBEL e Carmen OLIVEIRA, 2006). Quando nada disso se faz suficiente para dirigir as energias da massa numa determinada direção, a violência é colocada em cena para ajustar os rumos.

Curioso é que, se pensarmos bem, a criação de um microcosmo próprio à prisão foi estratégia proposta pelo modelo de Auburn²⁵, onde a sociedade disciplinar ideal é reproduzida no interior da prisão, na busca de forçar o indivíduo a aprender a viver em uma sociedade perfeita (Michel FOUCAULT, 2009). Evidente que, o que acontece na prática é a materialização daquela sociedade que a massa carcerária conhece como possível, aquela que lhes foi destinada ao nascerem pobres e marginalizados.

Com o tempo, a interpretação de mundo desse grupo que acabou de se formar agrava cada vez mais a distância percebida entre eles e a equipe dirigente. Cada um dos dois grupos, então, tende a produzir e reforçar estereótipos sobre o outro, em geral negativos e preconceituosos. A comunicação entre as duas esferas, como pode se imaginar, é complexa, sendo perceptível mudanças comportamentais no tratamento entre indivíduos de posições opostas. Que somada às restrições de comunicação, colocadas em prática para manutenção da distância e controle da equipe dirigente em relação aos internados, fazem aumentar a fronteira e os estereótipos, ampliando ainda mais a distância e dificultando a convivência (Erving GOFFMAN, 1974).

É aqui que tem início, pois, como em qualquer relação de poder, a produção, por ambas as partes, dos discursos público e oculto como uma das formas de resistência ao mundo em que são lançados. Lembremos que, ao contrário do primeiro, o discurso oculto acontece fora de cena, onde os subordinados ao poder instituído se reúnem longe do olhar inquisidor, onde seja possível o surgimento de uma segunda camada de poder e política (James SCOTT, 2000). Logo, o que sugiro é que a presença dessa mensagem camuflada, produzida pelos apenados deve ser interpretada como sinal de afloramento de um contrapoder, no sentido de exercer resistência à dominação institucional, mas também de resistência ao descaso do Estado, à distância da família e à emersão de sentimentos tais que não têm espaço num ambiente extremamente duro, violento e machista. E por fim, de um desequilíbrio de poder entre apenados, representado por

²⁵ Sistema penal desenvolvido na penitenciária novaiorquina de Auburn no início do século XIX, pintado, mundo afora, como sinônimo da administração penitenciária estadunidense, onde os internos eram recolhidos ao confinamento solitário à noite e obrigados ao trabalho nos moldes de uma fábrica durante o dia. Toda a rotina deveria se desenrolar sob “obrigação mais do que absoluta ao silêncio [...] no intuito de evitar os contatos entre os internos e de obrigá-los a uma meditação forçada” (Dario MELOSSI e Massimo PAVARINI, 2006, p. 191).

indícios de camadas de hierarquia e controle de aspectos da vida dos internos por outros internos.

Vale o esforço de recordar que o discurso oculto possui três características. Em primeiro lugar, é restrito a espaço e grupo social determinados. Segundo, toma forma em atos de linguagem, práticas e, creio eu, objetos. E terceiro, a linha que divide o público e o secreto é mais uma zona de conflito que um muro sólido. O essencial é ter noção de que o oculto é sempre contrário ao discurso público, independente de vir de dominados ou dominadores; é experienciado e posto em prática por meio de palavras, ações ou materializações de sentimentos compartilhados; e sempre acontece em segredo (James SCOTT, 2000).

Por exemplo, na prática, – e em especial em unidades dominadas pelo crime organizado – agentes carcerários não permanecem o tempo todo dentro das alas e pavilhões, nem sequer entram aí ao bel-prazer, os internos fazem questão de reforçar as fronteiras de atuação cotidiana dos agentes, fazendo desses lugares grandes espaços ocultos, onde a gestão do cotidiano é feita por um grupo de internos (Karina BIONDI, 2009; Camila DIAS, 2013; Sérgio ADORNO e Camila DIAS, 2016) escolhidos ou impositivamente colocados pela facção (Luiz LOURENÇO e Odilza ALMEIDA, 2013; Karina BIONDI, 2009) num posto de extrema responsabilidade e tato. E onde agente não ousa circular. Desse modo, considerando que o Anuário brasileiro de segurança pública de 2018 aponta a presença do PCC no estado de Sergipe, e que entrevistados confirmaram mais de uma vez essa questão, e que em minhas visitas percebi que os agentes passam todo o plantão do lado externo dos prédios, dependendo de homens conhecidos como “mensageiros” para tratarem com os internados, acredito que as alas do Copemcan são típicos espaços ocultos, territórios de resistência carcerária.

E, marginal que é, o discurso praticado de forma velada só se apresenta livremente a quem faz parte do círculo onde nasceu, ou quando seus integrantes aceitam que adentremos os espaços mais fechados dos grupos sociais (James SCOTT, 2000). Porém, a arqueologia pode nos trazer uma vantagem nesse sentido, pois, cabe a nós procurar o não-dito (Victor BUCHLI e Gavin LUCAS, 2001; Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; Rodney HARRISON e Esther BREITHOFF, 2017; Rodney HARRISON, 2018), deduzir da materialidade os significados, as relações que parecem sugerir. Podemos, com nossa prática, decodificar uma fração – que seja – do grande emaranhado de abstrações por trás de objetos que, em sua maioria, não deveriam ser vistos, tocados e experienciados por quem não vive aquele universo.

Dessa forma, parto da análise de um conjunto de objetos divididos, inicialmente, em duas categorias, os apreendidos em revistas periódicas da equipe administradora e os

artesanatos. Mais tarde, preferi por separar em três classes: os objetos para produção de violência, os objetos cotidianos e os artesanatos. A razão é que, dentre aqueles removidos das celas por questões de segurança, apareciam objetos sugerindo uma variedade de funções e diferentes possibilidades de relação que abarcavam uma gama considerável de eventos e interações sociais. Mesmo dentro do grupo “cotidiano” seria possível a especialização em outras classes ainda assim heterogêneas como negócios, lazer, arte, conforto. Por fim, achei por bem apenas resumi-los todos numa categoria que os diferenciasse daqueles outros objetos que são, de fato, o grosso das apreensões, as armas. Este grupo sim é representado por equipamentos confeccionados, quase que exclusivamente, para um único fim, a produção de violência e intimidação.

Objetos de violência

Começamos por ele, então. Como verá, nas imagens que seguem, trabalhamos aqui apenas com facas (figuras 4 a 15) e o que os internos e agentes chamam de “chuncho” (figuras 16 a 24). As primeiras são, em geral, produzidas manualmente a partir das barras das portas e grades metálicas de celas e corredores, mas é possível encontrar outras fontes, como cabos de colheres e garfos. Ainda que não tenha encontrado nenhum instrumento desse tipo, – possivelmente pela seleção por que passaram ao serem recolhidas pelo diretor da Egesp – algumas menções foram feitas às navalhas elaboradas a partir de lâminas de barbear fixadas em escovas de dentes ou canetas com uso de fogo (informação verbal)²⁶.

Afora isso, nenhum dos entrevistados descreveu com detalhes a maneira como são extraídas, mas caminhando pelo presídio é fácil encontrar os pontos onde as grades tiveram de ser remendadas. E em todo caso, as marcas deixadas por todo o corpo da lâmina, mas em especial, próximas ao fio e à ponta – comumente a porção mais afiada, quando não a única – indicam que depois de extraída, a barra é friccionada repetidas vezes contra outros materiais metálicos e/ou concreto para que ganhe fio. Verdade ou não, muitos afirmaram, mais de uma vez, que em momentos de fúria uma cela projetada para oito pessoas e apertando 25 consegue facilmente derrubar as grade de contenção, outros sugerem que os rádios à pilha e a televisão, muito comuns nas celas, seriam utilizados para encobrir os sons dos trabalhos com o metal

²⁶ JUSSARA. **Entrevista I**. [dez. 2018]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. Laranjeiras, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.
LUCIO. **Entrevista III**. [jun. 2019]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. São Cristóvão, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

(informação verbal)²⁷, o que reforça a hipótese que são, de fato, extraídos das paredes da unidade.

O “chuncho”, por sua vez, é uma espécie de perfurador que na nossa coleção aparece feito em dois materiais diferentes, a partir de pedaço de vergalhão de construção civil extraído das paredes internas das celas e corredores, ou com o cabo de escovas de dentes. Quando feito em vergalhão, esse, acredito, é retirado de pontos onde o concreto se esfarela pela infiltração de água, possivelmente serrado e então quebrado. Em seguida marcas pelo corpo do objeto sugerem que seja friccionado contra outros materiais metálicos e/ou concreto até que se pronuncie uma ponta. No caso das escovas de dentes o processo de elaboração do bico é semelhante, a novidade parece ser o uso do fogo para agilizar o processo e fazer a ponta mais resistente à quebra, evidenciado por manchas de cor preta. Por fim, ao menos nos instrumentos analisados na coleção, a escova é atada a um pedaço de cabo de vassoura para facilitar o manuseio.

A contabilidade que fiz dos elementos apreendidos algumas semanas antes de uma de minhas visitas ao Copemcan sugeriram, e entrevistas reforçaram, que, junto com drogas e celulares, as facas e “chunchos” são os mais comuns. Nelas, chama atenção os tamanhos bem variados, o que, por seu turno, provoca impressões bem interessantes. Em primeiro lugar, as facas e “chunchos” grandes, sem dúvida, são armas de confronto. O tamanho, girando em torno dos 20 centímetros de comprimento de lâmina, por si só é capaz de provocar reflexões mais profundas antes de atos desmedidos de valentia, mas, acredito que sua função não pare por aí, ainda que alguns exemplares tenham pouco gume, muito provavelmente pela dificuldade de trabalhar o material com poucos equipamentos, todos eles têm pontas bem pronunciadas e por vezes, com marcas de desgaste.

Reforçando essa direção, de que são instrumentos destinados à luta corporal, alguns pontos observáveis no material analisado nos inclinam a dizer que os punhos também são diagnósticos. Primeiro: muito provavelmente eles eram trocados e refeitos com certa constância, pela perecibilidade do material – ataduras e tecidos de algodão, quando muito, arrematados com tiras de borracha e elástico de costura – em contraste com o metal da lâmina. Entretanto, todos os punhos estão em condição de uso, ou seja, prontos para combate. Segundo ponto, uma vez que são produzidos sempre com itens pessoais e raros nas celas como elástico,

²⁷ **Visita I.** [fev. 2019]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. São Cristóvão, 2019. O diário de campo na íntegra encontra-se transcrito no Apêndice B desta monografia.

possivelmente retirado da única bermuda a que têm direito (informação verbal)²⁸; tiras de borracha, item proibido no interior do presídio (informação verbal)²⁹; tecido, extraído de peças de roupa; e ataduras, que podem entrar com visitas ou feridos vindos da enfermaria; seria necessária a manutenção de uma “economia dos punhos”, que garantisse que esses itens nunca fossem desprezados e que, quando necessários, aquele que os possui entregasse a quem controla a produção dos instrumentos perfurocortantes.

Em terceiro lugar, alguns punhos são anatômicos, seja produzindo, no metal ou no arremate, uma forma abaulada na região dos dedos da mão, seja com a produção de acúmulos de tecido, elástico, borracha ou atadura nas suas duas extremidades, resultando numa pequena depressão onde a mão se encaixa. Por fim, muitos punhos de facas e “chunchos” possuem uma alça por onde o indivíduo introduz sua mão. Desenvolvida para uso pelas forças de segurança pública, quando bem ajustada, a alça garante que a arma não caia, caso seja solta, nem possa ser forçosamente retirada da mão daquele a porta.

Já as facas menores podem ter duas funções, uma utilitária, para o corte de carnes, como bem conhecemos, e outra – e aqui entram também os “chunchos” menores e mais finos – como armas discretas, utilizadas, provavelmente, mais contra outros internos do que contra agentes, armas que podem ser levadas ao banho de sol, por exemplo, escondidas na bermuda ou preventivamente guardadas debaixo do travesseiro. Logo, seria imprescindível serem produzidas da forma mais discreta possível com materiais mais acessíveis e fáceis de tratar. O material de origem reduz a durabilidade e eficácia do produto final, mas facilita o porte disfarçado.

Interessante é que se lembrarmos bem, – além da responsabilidade institucional do Estado – tudo que acontece no mundo paralelo de uma unidade prisional – onde as brechas deixadas foram preenchidas por grupos criminosos – é de responsabilidade das lideranças de ala e pavilhão (Karina BIONDI, 2009; Camila DIAS, 2013), logo, uma coisa parece não se encaixar. As facas e “chunchos” grandes são feitos em chapas de metal das grades das celas e vergalhões das paredes da unidade, não há forma de, numa cela superlotada, esses materiais serem extraídos sem chamar a atenção de outras pessoas. Portanto, este é um trabalho público, e se é público, depende do consentimento das lideranças.

Porém, as armas de menor comprimento – canivetes trazidos por visitas, “chunchos” de plástico ou pequenos vergalhões e outros metais trabalhados, como o talher – são produzidas

²⁸ LUCIO. **Entrevista III**. [jun. 2019]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. São Cristóvão, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

²⁹ Idem.

em materiais menos resistentes, logo menos difíceis de serem trabalhados, e por vezes, pessoais, como as escovas de dentes e colheres, cujo desaparecimento, a não ser que tenha sido resultado de um furto, só interessa a seu dono. Dessa maneira, é ligeiramente mais fácil produzi-las de forma rápida e velada em momentos de distração da massa, ou no escuro. Seu reduzido tamanho pode ser resposta à necessidade de portá-las de forma disfarçada, além de que, nem sequer precisam parecer ameaçadoras, dado que devem, necessariamente, estar sempre escondidas, inclusive no momento de uso. Por fim, ainda que se trate de apontamento contaminado pelo reduzido número de objetos analisados, o punho das armas pequenas é sensivelmente menos confortável, anatômico e trabalhado que das armas grandes. O que quero dizer é que acredito que essas são armas pessoais, produzidas em segredo e levadas, todo o tempo, junto ao dono, para sua defesa, afrontando a ordem estabelecida pelas lideranças. Mas por que se arriscar?

Não podemos ser ingênuos em acreditar que entre os internos, como entre qualquer grupo que produz resistência à forças de controle, não exista dominação e relações hierárquicas, por vezes de poder como o que lutam contra. Em verdade, as observações do comportamento carcerário, geralmente, costumam demonstrar que desvios à conduta estabelecida pelas lideranças nesses ambientes são punidos com mais agressividade do que a pressão que sofrem da instituição (James SCOTT, 2000). As facções criminosas envolvem o corpo carcerário num ambiente de violência e medo constante executando punições públicas a desvios ou em decorrência de disputas de poder e afirmação de posições de mando, ou ainda para a manutenção da satisfação dos líderes e do grupo com os resultados financeiros em que se envolvem, ou ostentação de orgulho e poder sobre inimigos (Luiz LOURENÇO e Odilza ALMEIDA, 2013; Camila DIAS, 2013). Como resposta, algumas pessoas estariam procurando formas de garantir a sua segurança, se necessário. Ou – por que não? – para tirarem, elas, proveito financeiro ou sexual sobre companheiros vulneráveis.



Figura 1: Bainha em papelão
Fonte: Photos Click Time

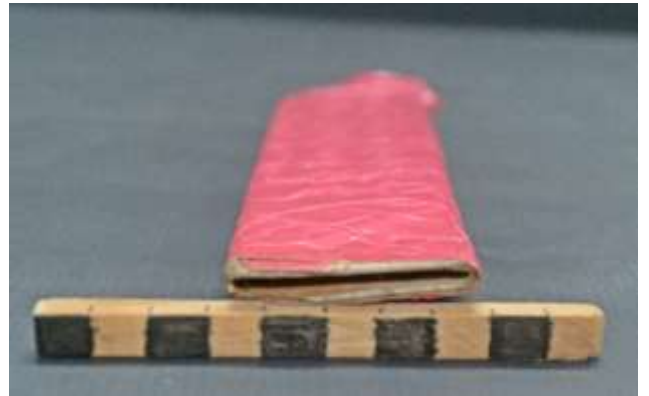


Figura 2: Bainha em papelão
Fonte: Photos Click Time



Figura 3: Bainha em papelão
Fonte: Photos Click Time



Figura 4: Faca com dentes
Fonte: Photos Click Time



Figura 5: Lâmina de faca com dentes
Fonte: Photos Click Time



Figura 6: Faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 7: Lâmina de faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 8: Detalhe de acabamento de punho de faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 9: Faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 10: Detalhe de lâmina de faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 11: Detalhe de lâmina de faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 12: Faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 13: Detalhe de lâmina de faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 14: Faca
Fonte: Photos Click Time



Figura 15: Coleção de facas
Fonte: Photos Click Time



Figura 16: “Chuncho”
Fonte: Photos Click Time



Figura 17: Detalhe de ponta de “chuncho”
Fonte: Photos Click Time



Figura 18: Detalhe de acabamento de punho de “chuncho”
Fonte: Photos Click Time



Figura 19: “Chuncho”
Fonte: Photos Click Time



Figura 20: “Chuncho”
Fonte: Photos Click Time



Figura 21: Detalhe de cabo de “chuncho”
Fonte: Photos Click Time



Figura 22: “Chuncho”
Fonte: Photos Click Time



Figura 23: Detalhe de ponta queimada de “chuncho”
Fonte: Photos Click Time

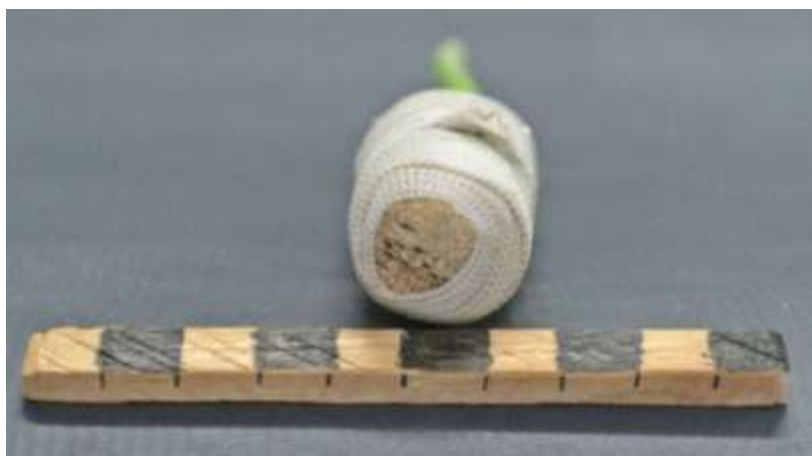


Figura 24: Detalhe de cabo de “chuncho”
Fonte: Photos Click Time

Objetos do cotidiano

Entre aprisionados é comum surgir um sentimento de que o tempo passado dentro da instituição é inútil, um tempo completamente perdido. Pode acontecer de chegarem a acreditar que sua vida lhe foi tirada. Mas não só a perda de tempo deve ser considerada, a perda de relações sociais, ou a impossibilidade de “adquirir coisas que possam ser transferidas para a vida externa” (Erving GOFFMAN, 1974, p. 65). Esse sentimento de angústia em relação ao tempo inútil pode explicar as inúmeras atividades de distração, lícitas, proporcionadas pela administração, mas principalmente as ilícitas. Estas, dão ao internado provas de que ainda é autônomo, com certo controle de seu ambiente (Erving GOFFMAN, 1974).

Ainda assim, de uma maneira ou de outra alguns objetos analisados na coleção e observados nas visitas, estabelecem relações com a manutenção da violência, ou das estruturas hierárquicas em diferentes graus. Os primeiros que vem à cabeça são aqueles relacionados ao mercado de drogas. Que estas existem lá dentro é discussão vencida (Luiz LOURENÇO e Odilza ALMEIDA, 2013; Camila DIAS, 2013; Karina BIONDI, 2009; Cristian GUIMARÃES, Stela MENEGHEL e Carmen OLIVEIRA, 2006; Drauzio VARELLA, 1999, 2012), mas a materialidade envolvida nesses casos é bem diversificada.

A sala da Inspeção Geral, no Copemcan, é para onde os materiais são levados assim que retirados das celas. Lá, encontrei três baldes plásticos cheios de ocorrências. No total eram 103 objetos de violência, – facas, lâminas de facas, “chunchos”, vergalhões, lâminas de barbear – um pequeno pacote plástico com glitter e 54 elementos diferentes que classifiquei nesse grande grupo que é o “cotidiano”. Entre eles vi papéis para enrolar cigarro; absorventes; preservativos; balança artesanal; fone de ouvido; cabo USB; capa plástica para celular; carregadores; bateria para celular; chips para celular; espelho; fio de cobre; tomada; bocal de lâmpada; peças plástica e metálica de ventilador; placa de circuito impresso; partes de objetos indefinidos feitos em palito de picolé; canetas; recados escritos em papel, palitos e fita adesiva; e uma “dola”³⁰ de maconha.

A maioria dessas apreensões está ligada à presença desta e de outras “dolas”. Mas, alguns elementos me chamaram atenção especial pela raridade, pela variedade, mas, principalmente, pela importância simbólica que acredito que possuam. São as piteiras e os cachimbos (figuras 25 a 32). A entrada de cigarros e papel para enrolar fumo são

³⁰ Unidade de maconha vendida no varejo, geralmente um pequeno cubo prensado de 2 cm por 2 cm por 1 cm.

permitidas, cada detento tem direito de receber de suas visitas três maços de cigarro ou um pacote de tabaco a cada quinze dias³¹, quantidade pequena para aqueles que já costumavam fumar muito quando livres. Mas, acredito, a presença de piteiras e cachimbos tão bem elaborados não se relaciona apenas com essa imposição.

Em primeiro lugar, a necessidade pura e simples do uso de um cachimbo sugeriria que o interno tem papel de menos, ou tabaco de mais. Ambas possibilidades são cabíveis, afinal, a quantidade de fumo em cada cigarro é bem pessoal e aqueles que não fumam, podem fazer trocas com os colegas para complementar sua alimentação, por exemplo (Drauzio VARELLA, 1999, 2012; Karina BIONDI, 2009). Um pacote de tabaco da marca Boró chega a custar, nos corredores de presídios sergipanos, R\$ 60,00 reais (informação verbal)³². Porém, o intrigante é que algumas piteiras e cachimbos são trabalhados acima da média, feitos em materiais inusitados ou com acabamento que indica sua produção extramuros. Jussara, uma de minhas entrevistadas, brinca que a piteira feita em bambu e com uma imagem do Bob Marley seria produto de luxo na cadeia (informação verbal)³³. Para esses casos, sugiro o consumo de maconha ou crack³⁴.

Evidente que nada impede que os objetos em questão fossem utilizados também para consumo de tabaco. Entretanto, os riscos de se contrabandear drogas ilícitas para o interior do presídio aumenta enormemente os preços do produto, – uma “dola” de maconha, por exemplo, que na rua custaria R\$ 5,00 reais, no Prefem chega a R\$ 150,00 reais (informação verbal)³⁵ – nesse sentido, ainda que as balanças artesanais (figuras 33 a 35) representem, a primeiro momento, nada além da prática de troca ou venda de algum tipo de produto qualquer, a necessidade de precisão de pesos nessa transação, ou a de atestar que determinado produto escondido ou guardado em local de fácil acesso não foi violado sorrateiramente sugerem algum nível de valor agregado nesse tal bem, e tendo a pensar que poucas coisas exigissem tanto cuidado como as drogas.

³¹ Informação extraída de lista de itens com entrada permitida nos dias de visita do Copemcan, disponibilizada pela administração e incluída no Apêndice D desta monografia.

³² JUSSARA. **Entrevista I**. [dez. 2018]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. Laranjeiras, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

³³ JUSSARA. **Entrevista II**. [jun. 2019]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. Laranjeiras, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

³⁴ Não posso afirmar com certeza, pela análise macroscópica do material, que as duas substâncias estavam sendo consumidas. Ouvi em entrevista com Jussara que o crack foi proibido nas cadeias sergipanas, pelo PCC, em 2010 e nenhuma outra menção foi feita a esta droga por detentos e ex-detentos. Porém, piteiras e cachimbos possibilitam o consumo tanto de maconha, como de crack.

³⁵ JUSSARA. **Entrevista I**. [dez. 2018]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. Laranjeiras, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Desse modo, sugiro que, possivelmente, o ato de fumar maconha tenha uma outra dimensão ritual entre essas pessoas, demandando um cuidado maior com a erva, restando ao máximo a fumaça na boca, tratando o cigarro com deferência e cuidado, no momento de passar para o companheiro, por exemplo, ou fumando todo o conteúdo e por vezes, reutilizando a resina produzida pela combustão que fica impregnada no interior dos cachimbos e piteiras. Além disso, ajuda a resfriar a fumaça antes do contato com o interior da garganta, alívio considerável num ambiente fechado, úmido, onde se multiplicam os ácaros e o mofo.

Aqui, no mundo livre, o ato de fumar maconha, em grande medida, acontece em grupo, entre amigos próximos que compartilham da erva e da experiência. No cárcere, tendo por base o que vi e o que ouvi a maconha e o tabaco são fumados tanto em grupo quanto solitariamente (informação verbal)³⁶. Quando em conjunto, esse pode ser um momento importante de fortalecimento dos laços de amizade e coesão do grupo, uma vez que recolher-se a um ambiente mais reduzido, que exige um contato mais próximo com os demais usuários e o estado de consciência alterada proporcionado pela substância facilitam a produção de afeto entre os envolvidos, enfraquece as barreiras construídas em torno de si. Representa, talvez, um dos poucos momentos de relaxamento, de redução das tensões do ambiente e tentativa de desvio da mente dos problemas da solidão (Gislaine TAVARES e Rosa ALMEIDA, 2010; Rosemeri PEDROSO, Margareth OLIVEIRA, Renata ARAUJO, Maria CASTRO, Wilson MELO, 2006; Débora CUSTÓDIO, 2009; Augusto NEVES e Adriana MIASSO, 2010), da perda de liberdade, das más condições e violência internas. A isso Erving (GOFFMAN, 1974, p. 55), dá o nome de influência reorganizadora, “processo de confraternização, através do qual pessoas socialmente distantes desenvolvem apoio mútuo e resistência a um sistema que as forçou à intimidade”.

Além das drogas ilícitas, pelo fato mesmo de serem ilícitas, a entrada de bebida alcoólica é terminantemente proibida. A explicação mais comum é que o álcool desperta agressividades adormecidas, faz os apenados agitados, irritadiços, impulsivos (Rosa ALMEIDA, Graciela PASA e Morgana SCHEFFER, 2009; Gislaine TAVARES e Rosa ALMEIDA, 2010; Ronaldo LARANJEIRA e Marcos ROMANO, 2004). Para burlar essa situação os internos costumam produzir a maria-louca, um tipo de bebida artesanalmente produzida por eles à base de frutas cítricas ou arroz – alimentos que não constam na lista

³⁶ JUSSARA. **Entrevista II**. [jun. 2019]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. Laranjeiras, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

de itens com entrada permitida na unidade³⁷. Por sua vez, a presença de material para produção da bebida (figuras 36 e 37) sugere a persistência dos internos na sua manufatura e a criação de alternativas para a falta das frutas e grãos ricos em amido³⁸.

Mas, acima disso tudo, e além das razões que já discutimos para o consumo de substâncias proibidas, como o desejo de escapar dos dias que se arrastam e das angústias, medos e raivas (Gislaine TAVARES e Rosa ALMEIDA, 2010; Augusto NEVES e Adriana MIASSO, 2010), é importante lembrarmos que o alcoolismo é uma doença séria e a parada brusca no hábito gerada pelo aprisionamento, certamente desencadeia casos consideráveis de abstinência no cárcere (Rosa ALMEIDA, Graciela PASA e Morgana SCHEFFER, 2009; Wolfgang HECKMANN e Camila SILVEIRA, 2009). Por isso a necessidade brutal de algo que supra essa exigência do corpo. Por outro lado, ou em consonância, pode indicar uma forma de lucro extraída do sofrimento de alguns muitos companheiros.

Outra forma de acumular bens, sejam materiais ou não, é a prática de tatuar o corpo. As máquinas de tatuagem sempre foram proibidas no presídio (informação verbal)³⁹, mas a insistência em aparecerem em diversas formas e a tranquilidade dos internos e ex-internos em dizerem que se tatuam na prisão sugerem a importância dos desenhos na pele. As máquinas aparecem engenhosamente improvisadas a partir de peças de rádio e canetas (figuras 41 a 48), ou até, como num caso da nossa coleção, de uma máquina de cortar cabelos (figuras 38 a 40).

Aquelas feitas a partir de motores de rádio e caneta aproveitam o movimento de rotação do motor para movimentar uma agulha de costura presa com fio dental a um arame metálico. O arame e a agulha são introduzidos em uma caneta BIC cortada com cerca de 7 cm de comprimento, que por sua vez é conectada ao motor por uma haste plástica – de barbeador descartável ou escova de dentes – aquecida e dobrada em 90 graus. Os dois elementos são por fim fixados um ao outro com uso de fio dental, sacola plástica e plástico derretido.

³⁷ Para mais detalhes consultar Apêndice D.

³⁸ Para mais detalhes sobre a alimentação dos internos do Copemcan buscar pela transcrição da Visita III no Apêndice B e pela lista de itens com entrada permitida nos dias de visita do Copemcan, no Apêndice D desta monografia.

³⁹ LUCIO. **Entrevista III**. [jun. 2019]. Entrevistador: Maurício Rocha Ribeiro Monteiro. São Cristóvão, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

O aparelho produzido a partir de uma máquina de cortar cabelos reproduz mecanismo semelhante. Mas em lugar de aproveitar o giro do motor, vale-se do movimento linear de oscilação da lâmina para mover a agulha.

Em certo sentido, assim como os artesanatos, as máquinas de tatuagem são objetos vinculados à expressão artística e subjetiva dos internos. Para aqueles que tatuam, pode representar uma fonte de renda e forma de extravasar seus sentimentos e habilidades artísticas. Para aquele que é tatuado pode significar um marco na produção e manutenção do “eu”. Uma forma de, imerso que está num equipamento de homogeneização, reforçar sua identidade, utilizar seu corpo, único aspecto de sua vida que ainda lhe pertence, da forma como quer, é um grito de autonomia, singularidade e presença no mundo. Traz para fora parte do que, então, dá vida à alma, mas também – e por que não? – o que a machuca, assusta, na intenção de fechar à força essa ferida (Débora LEITÃO, 2004; Cristian GUIMARÃES, Stela MENEGHEL e Carmen OLIVEIRA, 2006; Andrea PÉREZ, 2006)

É muito comum escutarmos, em geral de agentes da lei, que essas marcas mantêm relação com status social, filiação à gangues ou tipos de crimes cometidos (Cezinando PAREDES, 2003). Do que me cabe dizer, a partir dos materiais analisados, nada ali parece sugerir que sim ou que não. Já o que escutei nas entrevistas sempre indicou rejeitar a ideia. As tatuagens dentro do presídio, como fora, seriam escolhidas pela mensagem que passam – e aí sim, profundamente influenciadas pelo ambiente de agressividade, opressão e masculinidades exaltadas – ou por pura estética.



Figura 25: Piteira/Cachimbo
Fonte: Photos Click Time



Figura 26: Piteira/Cachimbo
Fonte: Photos Click Time

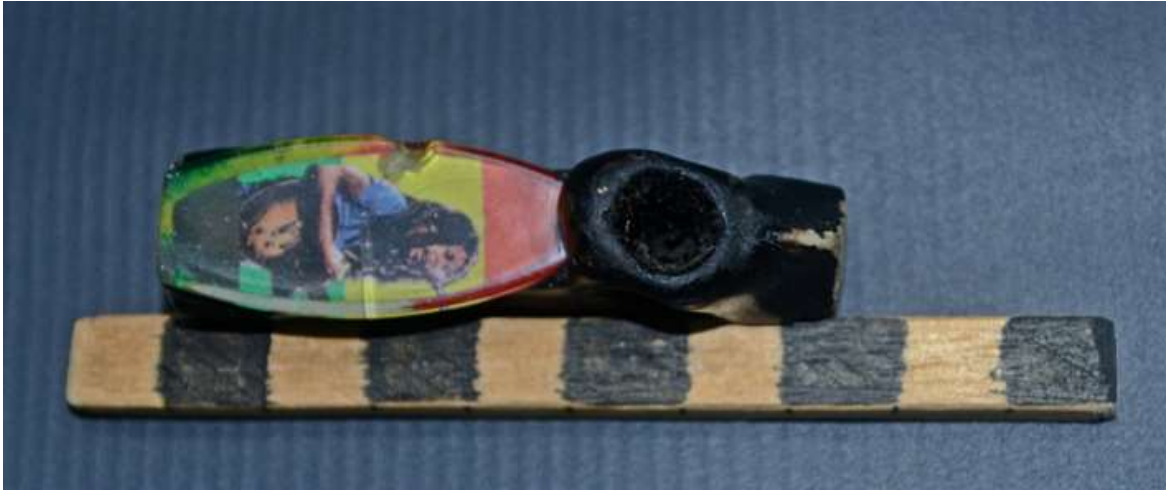


Figura 27: Piteira/Cachimbo
Fonte: Photos Click Time



Figura 28: Piteira/Cachimbo
Fonte: Photos Click Time



Figura 29: Piteira/Cachimbo
Fonte: Photos Click Time



Figura 30: Piteira/Cachimbo em semente de manga
Fonte: Photos Click Time



Figura 31: Piteira/Cachimbo em semente de manga
Fonte: Photos Click Time



Figura 32: Piteira/Cachimbo em semente de manga
Fonte: Photos Click Time



Figura 33: Balança
Fonte: Photos Click Time



Figura 34: Balança
Fonte: Photos Click Time



Figura 35: Detalhe de balança
Fonte: Photos Click Time



Figura 36: Equipamento para produção de bebida alcóolica
Fonte: Photos Click Time



Figura 37: Equipamento para produção de bebida alcóolica
Fonte: Photos Click Time



Figura 38: Máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time



Figura 39: Máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time

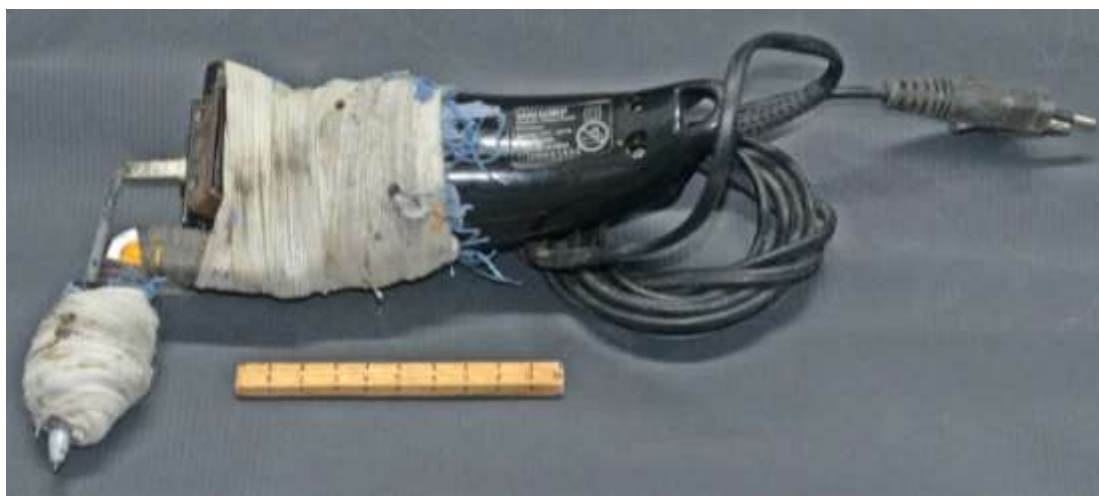


Figura 40: Máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time



Figura 41: Máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time

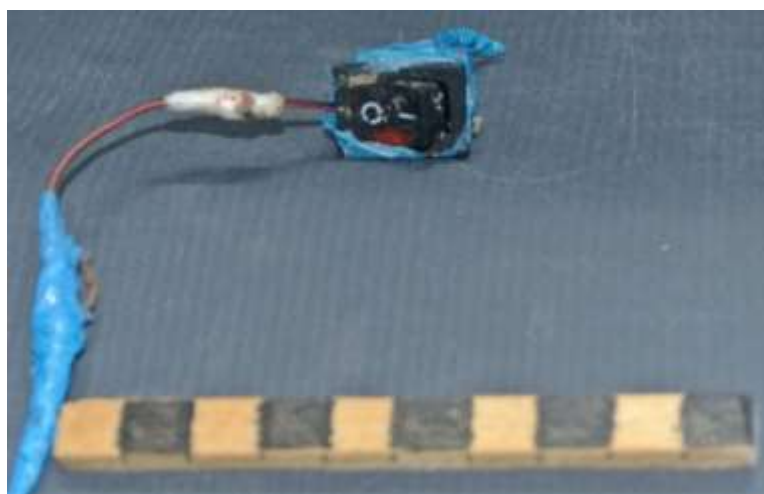


Figura 42: Interruptor de máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time



Figura 43: Máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time

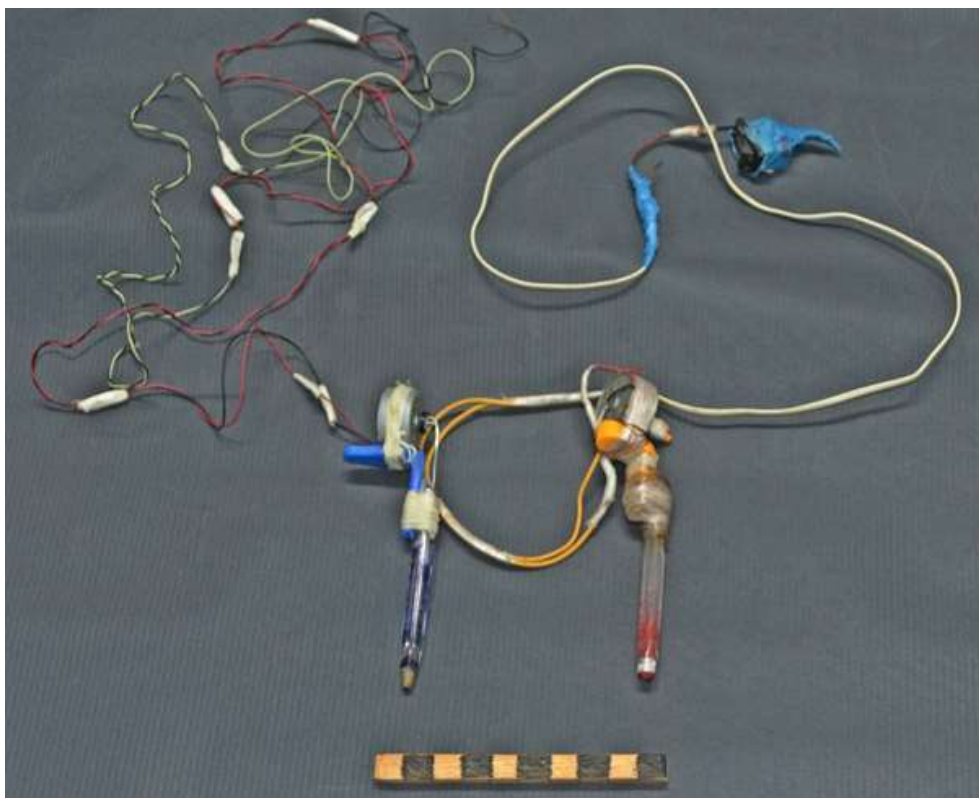


Figura 44: Máquinas de tatuar
Fonte: Photos Click Time



Figura 45: Bico descartável de máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time



Figura 46: Agulha de máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time

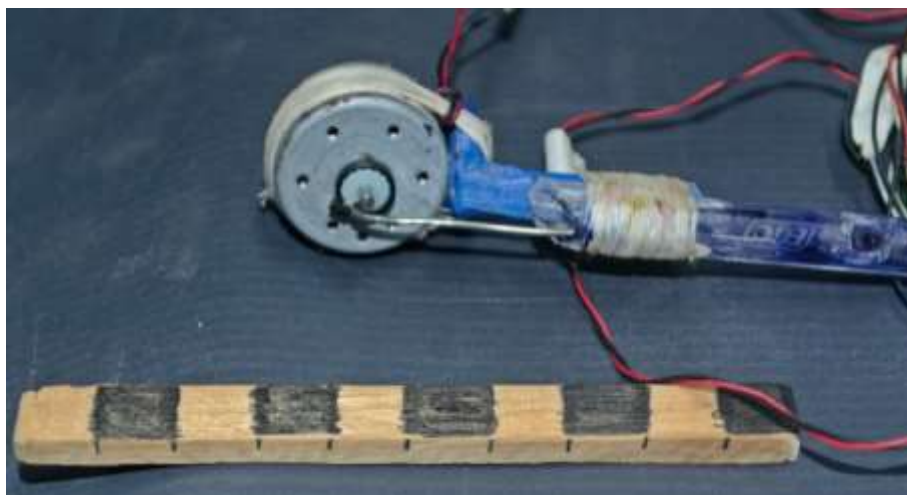


Figura 47: Máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time

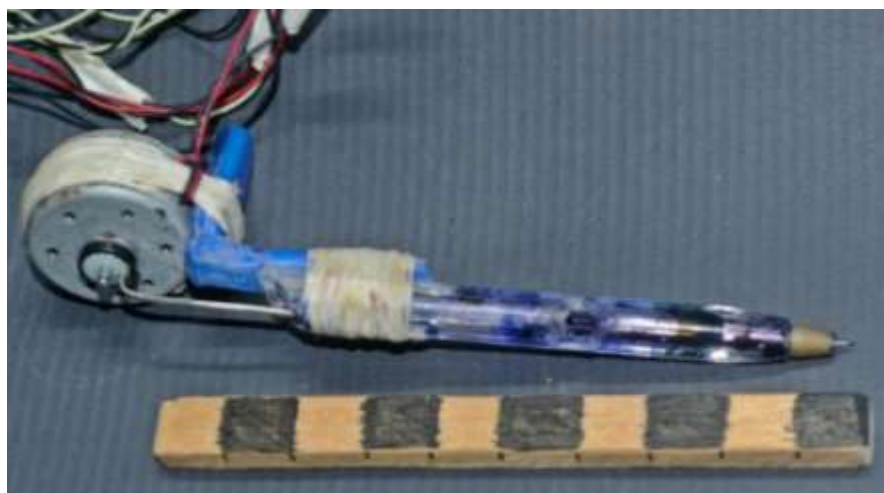


Figura 48: Máquina de tatuar
Fonte: Photos Click Time

Artesanatos

O que nos leva, por fim, aos artesanatos (figuras 49 a 66). No Copemcan, a produção de peças artesanais, das mais variadas quanto possíveis, em palitos de picolé, papel colorido, linha de crochê, com pequenos cavalos de plástico e cabeças de bonecas são contabilizados pela administração como forma de remição de pena. A entrega de, ao menos, uma peça por mês abate três dias da sentença do inscrito no programa.

Seja na análise dos materiais da coleção, seja numa rápida passada de olho na sala da Assistência Social do presídio, intriga a gritante diferença de cuidado, detalhe e tamanho dos trabalhos. Enquanto alguns, certamente eram produzidos para cumprir a cota, onde a regra parecia ser o menor uso possível de matéria-prima e de tempo despendido, outros saltavam aos olhos no tamanho, ou na sensibilidade da pequenez dos detalhes, do traço firme no pintar, na personalidade das personagens. Dessa forma, em uma mínima parcela, ali estavam representados sentimentos sinceros. Para alguns daqueles homens, a produção de artesanato, tal como a produção de tatuagens, parece representar mais uma fuga, mais uma tentativa louvável e bela de aumentar a autoestima, de se agarrar a memórias, sensações, rostos, sentimentos, desejos que fazem o artesão enfrentar a perda da individualidade, da identidade e enfrentar com resignação o tempo que não lhe voltará mais (Maria JUNQUEIRA, 2005).

Encontramos esses casos, sugiro mais uma vez, apenas em artigos que apresentem pessoalidade, que, seja através do zelo, da gravação de nomes ou apelidos pessoais, de palavras de conforto, ou no uso de fotografias, evidenciem a preocupação do artesão em colocar sentimento no que produz. É maneira de presentear entes queridos, fortalecer vínculos enfraquecidos pela distância e ausência física, dar vazão a sentimentos reprimidos no cárcere. Alguns, em especial, como carros, aviões, motos, embarcações, são curiosos por sugerirem um estado de liberdade ou apego à bens materiais que não faz mais parte de suas vidas, ou rememorar atividades que praticavam quando livres e hoje sentem profunda falta. Outros, ainda, são forma de ataque à classe policial, funcionários e ao sistema, na maioria das vezes usando humor e ironia.



Figura 49: Carro de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 50: Carro de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 51: Avião de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 52: Avião de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 53: Embarcação de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 54: Embarcação de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 55: Embarcação de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 56: Embarcação de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 57: Guarda objetos de palito de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 58: Guarda objetos de palito de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 59: Helicóptero de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 60: Helicóptero de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 61: Helicóptero de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 62: Helicóptero de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 63: Bíblia de palitos de picolé*
Fonte: Photos Click Time



Figura 64: Guarda objetos de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time

* “A ti Senhor elevo a minha alma Em ti Senhor confio o meu Deus não deixes que eu seja humilhado nem que os meus inimigos triunfem sobre mim...”



Figura 65: Porta retratos de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time



Figura 66: Porta retratos de palitos de picolé
Fonte: Photos Click Time

5. “O rap faz muito mais que sua religião, que presídio, o cassetete, em vão!”⁴⁰ ou, algumas ideias finais

Estamos passando por problemas, e não, não falo só sobre nosso presidente da república. O problema de que falo já se arrasta há mais tempo e, diga-se de passagem, vociferar contra ele com argumentos de mais violência só fizeram com que crescesse. Ele e a popularidade absurda do nosso presidente.

Não quero usar o espaço de minhas últimas ideias apenas com dados frios e números arredondados sobre o impacto de imaginar poder estar entre as 65.600 pessoas assassinadas em 2017 no nosso país (IPEA e FBSP, 2019). Ou para quem vive em Sergipe, o de sair de casa no mesmo ano de 2017 em que para cada grupo de 100 mil pessoas negras 79 foram mortas, contra 15 não negras entre 100 mil pessoas não negras (FBSP, 2018). Me refiro, quando digo que temos problemas, também àquela sensação de medo ao andar nas ruas do seu bairro. Da dúvida de se vamos voltar para casa ou não quando entramos num terminal de ônibus escuro. Da incerteza sobre se as paredes da escola das crianças vão encontrar balas perdidas ou não. Da certeza que o jovem negro tem de que os homens da viatura na esquina vão encontrar quinhentos gramas de uma maconha que nunca foi dele, na sua mochila. Da certeza de que, seja na rua de terra batida perto de casa ou no asfalto cheio de condomínios fechados com nomes de artistas europeus é o sangue dele que vão pisar.

O salto de mais de 150% na nossa taxa de aprisionamento de 2000 a 2017, fazendo-nos alcançar os quase 350 presos por 100 mil habitantes (BRASIL, 2019) não deixa dúvida de que vivemos uma bem-sucedida política de encarceramento em massa – das massas. Temos que discutir sim essas realidades, essa e a de que o encarceramento é seletivo na raça, na faixa etária e no gênero. E aproveitar para discutirmos que estamos correndo para o lado contrário, apostando, sem chance pra debate, em mais cadeias milionárias e com resultados, no mínimo, incongruentes. Discutir que não funciona mais apenas jogar pessoas indesejáveis em caixas de concreto e esperar que esqueçam de sair de lá de dentro, porque, o que estão fazendo, em lugar disso, é perceber o quão injusta é sua experiência nessa experiência democrática incontestável em que vivemos. Como resultado, se endurecem, se organizam, ocupam as brechas deixadas e promovem mais

⁴⁰ “No sapatinho”, de Criolo.

violência uns contra os outros, mais segregação (Giane SILVESTRE e Felipe MELO, 2017).

Tudo bem, admito que não podemos fechar os olhos para a agência das pessoas que compõem, por exemplo, os quadros das facções criminosas que conhecemos, mas por favor, não deixemos que nos convençam de que nós, sociedade e Estado não temos nossa profunda culpa nisso tudo. As nossas presenças e ausências também são seletivas quando nos distanciamos das causas sociais do problema, ou somos resistentes a tratamentos sociais para o problema e, por outro lado, estamos presentes para atacar, reprimir, conter grupos colocados à margem. Essa estratégia, em primeiro lugar dá margem para a produção de mais fontes para o abastecimento dos grupos criminosos (Giane SILVESTRE e Felipe MELO, 2017; Rodrigo AZEVEDO e Ana CIFALI, 2015; Michel FOUCAULT, 2009). Em segundo, leva os marginalizados a se deixarem contaminar, cada vez mais, pelo papel de subalternidade que aprendem a interpretar. Cedo ou tarde sucumbem à pressão da falta de autenticidade e às forças contrárias e passam a produzir legitimidade para a própria condição (James SCOTT, 2000).

O tempo passa, há trabalho a fazer ainda, e a arqueologia pode encontrar seu papel nessa empreitada. Na verdade, no fim das contas, esse me foi objetivo maior que qualquer outro, experimentar uma arqueologia que sentia falta. Não que o cárcere já não fosse bem abordado em outras disciplinas. Nem que devemos, simplesmente, lançar discursos ao vento sobre tudo que nos cerca (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008). Mas, acredito, sinceramente, que falar de maneira consciente do problema, ainda que não encurte a distância até seu fim, fortalece a discussão séria e a busca pela solução conjunta. Nós, que fazemos arqueologia, temos que aceitar nosso papel social de cientista e engrossar a voz daqueles que bradam contra injustiças de uma modernidade fracassada e de um contemporâneo que, enquanto não admitir os erros do passado caminhará com um peso desnecessário. Não precisamos contar outra história sobre o cárcere, ou forçar outra verdade, mas devemos sim apresentar outro ângulo, mais uma forma de ler os absurdos das nossas formas de conviver que, gradativamente, caminharão para a formulação de outras memórias, menos acomodadas e mais incomodadas (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

Por exemplo, enquanto olhamos a partir dos lugares tradicionais vemos que pessoas encarceradas se organizam da sua forma, produzem significados para suas experiências, gerem o seu espaço e as suas relações do seu modo, por vezes violento, e isso é preciso combater. Mas a arqueologia e o não-dito podem, a seu turno, acrescentar

ideias sobre a complexidade e fragilidade dessas relações, sobre os benefícios que alguns tiram do sofrimento de outros, sobre como discursos de proteção e assistência às famílias e ao detento são usadas pelos grupos criminosos prisionais para disfarçar interesses financeiros tão cruéis quanto o do capital global que destrói a Amazônia e soterra rios em lama. Sobre isso, reservei alguns apontamentos para esta seção do texto.

Em primeiro lugar trabalhar com cultura material carcerária é trabalhar com resistência. Resistência às violências quando se armam. Resistência à saudade, à perda de lugar social, aos ataques à personalidade, aos sentimentos contidos quando se tatuam, pintam, cantam, presenteiam. E resistência ao desamparo do Estado quando comercializam, subornam, contrabandeiam, ferem companheiros ou quando abraçam a exclusão como forma desigual de coletividade.

Em segundo lugar ainda acredito que o cárcere, como o conhecemos hoje, produz, dentro de suas paredes, uma sociedade à parte desta que vemos aqui fora, com sua complexidade intrínseca (Mário RAMIDOFF, 2005; Drauzio VARELLA, 1999, 2012). Possuem eles seu código de conduta, seu próprio monopólio da violência, sua ideia de unidade, sua vida econômica própria, sua gestão das diferenças. Pequenas imagens disso podem ser extraídas de alguns aspectos interessantes da materialidade que compõe esse estudo.

Por exemplo, me inclino a creditar que a chave para o sucesso político, para gerir o poder entre essas pessoas, passa pelo monopólio da violência e da disponibilidade de bens (Anthony GIDDENS, 2008). Não sei ao certo qual é mais vital, mas provavelmente o equilíbrio dessas duas pontas é inevitável. Num espaço de restrição de bens quase total como o é a prisão, onde ao entrar somos destituídos de tudo que levamos, recebemos os mesmos objetos e meios de sobrevivência que qualquer outra pessoa e que a riqueza está em receber das visitas itens condicionados pelo poder administrativo, possuir o que outro não possui é luxo.

Não é difícil imaginar, então, que qualquer coisa, e todo tipo de coisa tenha seu valor, mas em especial aquilo que é proibido, e essa é uma gama de bens e serviços infundável. As tatuagens que tratamos antes são um bom exemplo. Uma atividade simples, sem grandes riscos para a segurança da massa como a produção de bebida alcoólica ou de armas, mas, provavelmente, lucrativa não pela dificuldade em encontrar tatuadores, mas por ser proibida, por exigir que os materiais sejam contrabandeados, por colocar visitas em risco. A presença de máquinas de tatuar, então, é indício de que se arriscar na sua confecção e no seu contrabando é rentável, cobre o risco de passar alguns dias no

castigo e assinar um boletim de ocorrência. Mas quando pensamos nas drogas, a situação muda de figura.

A não ser pelos valores que escutei de Jussara para as “dolas” de maconha no Prefem, não tenho conhecimento da rentabilidade do comércio de drogas ilícitas na cadeia. Mas há que se admitir que precisa ser consideravelmente alta. A Lei 11.343/06 classifica o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins como equiparado aos crimes hediondos. Quem é pego na porta de uma penitenciária com qualquer quantidade de droga fica impossibilitado de receber os benefícios da fiança, anistia, graça e indulto; com pena girando em torno de 6 meses a 20 anos e iniciada, automaticamente, em regime fechado; em lugar de 1/6, quando primário precisa cumprir 2/5 da pena para requisitar a progressão de regime, e 3/5 quando reincidente. Logo, os ganhos dessa pessoa devem ser muito altos, o que me sugere que quem contrata esse serviço tem segurança em pagar o transporte da droga porque sabe que o lucro da venda para outros internos é tremendo.

O comércio de drogas então, sem dúvida, movimenta uma cifra significativa na cadeia, que por sua vez banca a escalada de poder do indivíduo que é difícil controlar. Com os altos lucros alcançados pode montar em torno de si um exército de subordinados que garanta sua proteção. Estando protegido pode se dar ao luxo de usar a força para extrair dinheiro até do que é direito dos presos. Com a dose certa de intimidação pode cobrar pelas camas, pela comida, pela saída para o banho de sol, por remédios, pelos presentes das visitas, mas principalmente por tudo que é ilícito, uma vez que só ele tem meios de pagar a entrada desses bens. Para os poderosos estar preso pode ser extremamente lucrativo.

Porém, em algum momento, quando esses abusos acontecem de forma recorrente, com muitas pessoas, pode acontecer de estas se reunirem em torno de um sentimento de raiva e vingança coletiva. Essa possibilidade, não pode ser descartada pelo poderoso e, se inteligente, fará o que for preciso para garantir o monopólio da violência nas suas mãos, precisa ter meios, financeiros e de influência, para garantir que ninguém além dele poderá usar de violência contra outros internos, o que, acredito, reforça a ideia de que a produção indiscriminada de armas por qualquer pessoa é improvável.

Não sei se me faço entender, mas esse me parece um quadro cíclico. Quanto mais vendas mais dinheiro, mais influência, mais proteção, mais poder, a ponto de, em dado momento, os lucros acontecerem em cima de gastos e riscos zero. Se no começo, esse nosso poderoso hipotético, precisava pagar altas quantias para seduzir pessoas a entrar com drogas nos dias de visita, ou para subornar servidores, agora, com poderes elevados

as ameaças e extorsões podem ser uma fonte de renda tão grande quanto o comércio de drogas. Que mãe não levaria maconha para um filho que teme a morte certa? Que filho endividado e jurado de morte não assumiria a posse de flagrantes? Com poder, nosso caso hipotético pode escolher quem trará a droga, quem receberá a droga, quem a esconderá debaixo do travesseiro, quem pode ou não comprar pelo preço que determinar, quem morrerá no seu lugar.

Nesse sentido, acredito que é impossível afirmar, por exemplo, que a cela onde, numa revista, foram encontradas cinquenta facas, ou quilos de drogas, ou sacos de dinheiro e qualquer outro tipo de contrabando ou até bens de luxo e diferenciação social seja, necessariamente, habitada pelo dono real daqueles bens. O monopólio da violência, o poder financeiro e os contatos com a equipe dirigente podem garantir que conheça cada minuto da rotina da unidade, que se antecipe a revista, que blinde a si mesmo, e quem mais ele apontar, de muitas situações.

Então, ainda que sim, ao enfrentar dificuldades tremendas de negligência, produzam uma forma de gerir suas debilidades em conjunto, esta, não parece ser uma sociedade menos desigual que a que compomos aqui fora. A sociedade intramuros precisa lidar com o problema de que nem todos se sentem representados pela violência e lucros exorbitantes restritos a uma pequena parcela carcerária. Essa parcela precisa se precaver às possibilidades de desobediência, de produção de resistência e, talvez, as armas pequenas sejam indício mais direto disso.

Se consideramos que estas estão sendo usadas para produzir violência entre internos temos que admitir que, assim como acontece aqui fora, os fracos, possivelmente, se aproveitam do medo dos ainda mais fragilizados. Podem ser indício, por exemplo, de abuso sexual. Muitos desses homens e mulheres, tanto hétero como homossexuais, ficam meses, por vezes anos sem fazer sexo. É possível, então, que armas pequenas sejam produzidas para se defender de tentativas de abuso, mas também para forçar o sexo no meio da noite, numa cela apertada onde são obrigados a dividir colchões no chão. O estigma que acompanha esses instrumentos de violência, pode, inclusive, ser outro bom motivo para o tamanho reduzido e a matéria-prima distinta, uma vez que a presença de um “chuncho” pequeno pode ser sinal de que o seu dono pensa em se vingar, se proteger ou abusar. Em qualquer dos casos, um marcador perigoso num ambiente de tensões à flor da pele e masculinidades exaltadas.

Mas, por outro lado, temos que aceitar, também, a diferença entre eles. Aceitar que o medo que os grupos criminosos geram em nós, afeta-os de alguma forma. Que as

organizações criminosas não conseguiram cooptar todas as pessoas presas e que, portanto, não são uma massa uniforme de violentos criminosos que fazem do sofrimento uma fonte de renda. E sempre sem perder de vista que antes de tudo, fazemos violência quando forçamos pessoas a essa realidade – de dor e medo – sem discutir se é possível outra forma de gestão das criminalidades.

Essa nuance é que tem que aparecer ao fim, e ainda que, disciplinas diferentes, pesquisas distintas, com abordagens tantas, batam sempre na mesma tecla, por ora, não podemos nos dar ao luxo de reduzir a importância de fazer mais e mais pesquisas e oferecer discursos sobre a prisão – ou sobre qualquer desequilíbrio estrutural de poder e condições de cidadania e respeito à humanidade – porque precisam forçar seu espaço político na discussão de melhores condições de vida de parcelas negligenciadas da sociedade. Quando penso na arqueologia, gosto de acreditar que enriqueço uma onda de debates dentro da disciplina que não aparece tanto quanto poderia porque, talvez, tenhamos nos acomodado a uma arqueologia distante, despreocupada com as agruras de uma camada que, em verdade, nunca compôs seu quadro. Mas também, e mais, numa arqueologia para fora dela mesma, para entrarmos numa onda que precisa falar mais alto, com mais vozes, em mais frentes. Afinal, se não acreditar que mais diversidade fortalecerá a ideia de que estamos errando nas nossas políticas de encarceramento, nas nossas políticas de gestão da miséria e na nossa maneira individual de desumanizar o humano que não nos agrada é melhor mesmo que me deixe vencer e aceite que o máximo que me cabe é dar a um público que eu nunca fui – por nascer do lado da cidade onde aos dezoito anos quem conhece todas as chefias de delegacia pelo nome, não sabe o que é ENEM – a sensação de tranquilidade que só os problemas que não existem podem dar.

Ou seja, ainda que meu trabalho não melhore já, e diretamente a vida das pessoas que conheci, talvez seja minha forma de dar um primeiro passo na tentativa de engrossar as discussões sobre formas melhores, ou alternativas, de tratar quem foi esquecido no cárcere e as razões de ser de nossa política penitenciária. Em alguma escala, em algum momento, estará ajudando pessoas reais, de maneira sensível lá na frente.

É um caminho longo e lento. Temos o infeliz costume de, por um lado, propor medidas na legislação penal, que caminham na direção de desafogar as cadeias, reduzindo os custos sociais e pessoais para a pessoa encarcerada, facilitando a vida pós grades, aproximando o apenado do trabalho digno, por exemplo. Por outro, a realidade colocada em prática ainda prefere se curvar ao conservadorismo do poder político e judiciário do

país e às vozes populares que pedem mais opressão e severidade nas penas (Fernando SALLA, 2003; Sérgio ADORNO e Camila DIAS, 2016).

Fico contente, então, de estar buscando maneiras outras de fazer uma arqueologia que contribua na melhoria da realidade de pessoas que sofrem. De fato, me incomodava o modo como parecemos valorizar a inércia e o lugar de fala burguesamente distante da arqueologia cientificista e excludente. Nunca entendi a ideia de abrir a disciplina para outras vozes colocando-as de maneira assimétrica e colonialista, apenas como ilustração de nossas considerações (José PELLINI, 2014). Mas admito que, mesmo pensando que valeu a pena a experiência de buscar outras fontes de discussão – em outras disciplinas – tenho que desenvolver melhor a forma de combinar essas vozes de modo que não diminuam, ou passem a impressão de estar reduzindo o potencial autônomo da fonte arqueológica, para respeitar nossa fonte e trazer melhores resultados dessa troca para a arqueologia. Em verdade, talvez tenha tentado, frouxamente, esmaecer fronteiras, pensar organicamente junto com pessoas que olham a partir de outro lugar, com outras perguntas e percorrem outros caminhos. E isso porque o pensar, acredito, não pode se permitir ser um sistema onde guardamos resultados definitivos incontestáveis, onde outras formas de tratar a pergunta e os dados não sejam incentivados e onde a metamorfose da experiência não possa sugerir novas realidades discursivas.

Há que aceitarmos, pelo bem da diversidade de pensamentos, que nenhuma fração do saber, nenhuma forma particular de conhecer é universal, mas sim, que está sempre, e inevitavelmente, individualizada, datada, de mãos datas com perspectivas históricas, regionais, culturais e limitada pela abertura do obturador. E por isso, precisa do diálogo, precisa da diferença para perceber a margem, o contraditório, o incontestado e operar a crítica (Maurice MERLEAU-PONTY, 1973; Alvino SÁ, 2004).

O que tentei, de fato, foi aglutinar todas as vozes, de internos e externa, de agentes penitenciários, de policiais, da literatura autobiográfica, da literatura etnográfica, da arqueologia, história, sociologia, psicologia e transformar em uma só voz. A minha voz arqueológica. Não como dono da verdade, mas com a autoridade de quem assumiu o desafio de encontrar conexão nessas vozes, por vezes, dissonantes. Nunca na ideia de me apropriar das ideias de outras pessoas, ou de outras disciplinas, mas de construir uma unidade. Então, penso que o bônus deve ser coletivo, se o trabalho foi bom, trouxe bons resultados, além das boas intenções, é mérito nosso. Se em lugar disso, minhas interpretações são fracas, exageradas, sustentadas em falhas balizas o ônus é meu, de quem interpretou mal o que via.

Mas apesar dos problemas de desenvolvimento da pesquisa e possivelmente na amálgama das ideias no texto, fico satisfeito em acreditar que o trabalho é também, nos meus modos, uma forma de defender – provocando – a arqueologia. De afirmar que deveríamos deixar de buscar divisões rígidas entre arqueologia pré-colonial, arqueologia histórica e arqueologia do tempo presente. Não vejo onde ganhamos com essas classes cada vez mais difíceis de serem aplicadas, que só fazem produzir profissionais e arqueologias dentro de caixinhas bem fechadas, que ofuscam a continuidade do passado no presente e a fluidez humano-material através do tempo. Aceitar o tempo como ininterrupto é alternativa muito mais política e ética, na medida em que não o entende como uma linha em fuga que enquanto avança apaga seus rastros e impede que a acusemos de plantar os desequilíbrios do agora (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2012, 2014, 2018). Advogo que defendamos a arqueologia como a disciplina humana da materialidade no tempo, nas pessoas, das pessoas na materialidade e tudo mais que essas perspectivas possam trazer para o campo do pensar arqueológico.

Essa arqueologia, espero, reconhecerá seu papel ativo na produção de cultura, não se contentará em organizar o tempo sem fazer dele uma crítica (José PELLINI, 2014) para o futuro, tenderá a se abrir mais, convidando outras disciplinas para a conversa, produzindo juntas, em igualdade de termos, assim como falará do público não acadêmico, para o público não acadêmico, em favor deste, posicionando-se politicamente, contribuindo na busca de espaço e protagonismo de grupos marginais, esquecidos, silenciados. Lutará por um projeto de sociedade mais justa e que pensa a si mesma de forma crítica e plural (Alfredo GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2012, 2014, 2018). Temos que sair do gabinete e tomar o nosso lugar nas ruas.

No que tange à sua relação com o debate penal, deve, em consonância com a academia e modo irrestrito, superar ideias arraigadas de distância precavida desses espaços onde, supostamente, a sua ética e os seus valores não têm lugar. Deve enfrentar suas próprias resistências para trabalhar uma maneira de contribuir sem a pretensão de explicar o que acontece, debater sem julgar. Deve, antes, ser ferramenta de compreensão, instrumento de luta e de expressão das realidades excluídas, fazer valer sua posição de autoridade dentro do corpo social para aproximar, cobrar reparação e estimular a construção de novas perspectivas, novos valores, a fim de proteger a cidadania e a humanidade (Alvino SÁ, 2004). Enfim, deve assumir, sem medo de julgamentos, seu papel, há muito deixado de lado, de ferramenta de restauração dos laços que a

modernidade burguesa não quis comportar e de dignidade da pessoa humana, além da primeira vista.

6. Literatura citada

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 118-132, ago.-set. 2016.

ALMEIDA, Rosa Maria Martins de; PASA, Graciela Gema; SCHEFFER, Morgana. Álcool e violência em homens e mulheres. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, p. 252-260, 2009.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **O duplo cativo**. Escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma. Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 105-127, jan.-mar. 2015.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: imanência e transcendência no PCC. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **INFOPEN**: Levantamento nacional de informações penitenciárias, Brasília, 2019.

BRETAS, Marcos Luiz. O que os olhos não veem: histórias das prisões do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.) **História das prisões no Brasil**. São Paulo: Rocco, v. 2, p. 77-87, 2017. *E-book*.

BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. The absent present: archaeologies of the contemporary past. In: BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin (ed.). **Archaeologies of the contemporary past**. London and New York: Routledge, 2001. *E-book*.

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. **Arqueologia de uma cidade portuária**: Cananéia, séculos XIX-XX. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.) **História das prisões no Brasil**. São Paulo: Rocco, v. 2, p. 5-19, 2017. *E-book*.

CHEN, Elsa. Impacts of “Three Strikes and You’re Out” on Crime Trends in California and throughout the United States. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, v. 24, n. 4, p. 345-370, 2008.

CUSTÓDIO, Débora Karla Sampaio Alves. **Álcool e sociabilidade**: a farra das adolescentes. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. A regulação dos conflitos pelo PCC no interior das prisões paulistas: redução da violência física, interdependência e controle social. *In*: LOURENÇO, Luiz Claudio; GOMES, Geder Luiz Rocha. (org.). **Prisões e punição**: no Brasil contemporâneo. Salvador: EDUFBA, p. 77-97, 2013.

DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. Tecendo redes criminais: as políticas de encarceramento e a nacionalização das facções prisionais. *In*: Pública, Fórum Brasileiro de Segurança. **Anuário brasileiro de segurança pública**: 2014 a 2017, FBSP, 2018.

DURAN, Leandro Domingues. **Arqueologia marítima de um bom abrigo**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**: 2014 a 2017, FBSP, 2018.

FILHO, José Ernesto Pimentel; MARIZ, Silviana Fernandes; NETO, Francisco Linhares Fonteles. Cárceres, cadeias e o nascimento da prisão no Ceará. *In*: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. São Paulo: Rocco, v. 2, p. 65-76, 2017. *E-book*.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, p. 213-220, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. *In*: ZARANKIN, Andrés e SENADORES, María Ximena (orgs). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, p. 107-116, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OLIVEIRA, Nanci Vieira de. A arqueologia do conflito no Brasil. *In*: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberione dos (org.). **Arqueologia da repressão e da resistência**: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980). São Paulo: Annablume, 2008.

GARBELINI, Sandra Mara. Arquitetura prisional, a construção de penitenciárias e a devida Execução Penal. *In*: BRASIL. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, Brasília, p. 145-159, 2005.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao Marxismo Histórico. São Paulo: Edusp, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GNECCO, Cristóbal. “Escavando” arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, p. 8-22, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy: an archaeology of supermodernity. **Current Anthropology**, v. 49, n. 2, p. 247-279, apr. 2008.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Revista Complutum**, Madrid, v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Archaeology of the Contemporary Past. In: Claire Smith (ed.). **Encyclopedia of Global Archaeology**, New York: Springer, p. 1683-1694, 2014.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. An archaeology of the contemporary era. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. **An archaeology of the contemporary era**. London and New York: Routledge, 2018. *E-book*.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano; MENEGHEL, Stela Nazareth; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26, n. 4, p. 632-645, 2006.

HARRISON, Rodney. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 12, n. 2, p. 81-104, jul.-dez. 2018.

HARRISON, Rodney; BREITHOFF, Esther. Archaeologies of the contemporary world. **Annual Review of Anthropology**, v. 46, 2017.

HECKMANN, Wolfgang; SILVEIRA, Camila Magalhães. Dependência do álcool: aspectos clínicos e diagnósticos. In: ANDRADE Arthur Guerra de, ANTHONY, James. **Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual**. Barueri: Minha Editora, p. 67-87, 2009.

IPEA; FBSP (org.). **Atlas da violência**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

JUNQUEIRA, Maria Hercília Rodrigues. **A expansão do self de presidiários: encontro da psicologia com a arte e a profissão**. 2005. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2005.

JUSTAMAND, Michel; MECI, Patrícia Sposito; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira. In: MECI, Patrícia Sposito; MELO, Wanderson Fábio de (org.). **Questões da Ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações**. Palmas: Eduft, p. 28-43, 2014.

LARANJEIRA, Ronaldo; ROMANO, Marcos. Consenso brasileiro sobre políticas públicas do álcool. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, p. 68-77, 2004.

LEAL, César Barros. La ejecución penal em la América Latina y el Caribe: realidad y desafios. *In: BRASIL. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, p. 39-68, 2004.

LEAL, César Barros. O sistema penitenciário sob a perspectiva dos direitos humanos: uma visão da realidade mexicana e de seus desafios. *In: BRASIL. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, p. 31-48, 2005.

LEITÃO, Débora Krischke. **Mudança de significado da tatuagem contemporânea**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. Cultura do descontrole: notas sobre a dinâmica e estrutura das gangues prisionais no estado da Bahia. *In: LOURENÇO, Luiz Claudio; GOMES, Geder Luiz Rocha. (org.). Prisões e punição: no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, p. 45-76, 2013.

McGUIRE, Randall. A arqueologia como ação política: o Projeto Guerra do Carvão do Colorado. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 1999.

MEGA, Orestes Jayme; RIBEIRO, Wagner dos Santos; LOPES, Melina Figueiredo. Possibilidades de uma arqueologia “sincrônica”: ensaio sobre a arqueologia da “idade do plástico”. **Tessituras**, Pelotas, v.2, n. 1, p. 195-212, 2014.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MENEZES, Mozart Vergetti de. A Escola Correccional do Recife (1909-1929). *In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.) História das prisões no Brasil*. São Paulo: Rocco, 2017. v. 2, p. 101-115. *E-book*.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Ciências do homem e fenomenologia**. São Paulo: Saraiva, 1973.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A fatalidade biológica: a medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas. *In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.) História das prisões no Brasil*. São Paulo: Rocco, 2017. v. 2, p. 115-130. *E-book*.

NETO, Flávio de Sá Cavalcanti Albuquerque. **A reforma prisional no Recife oitocentista: da Cadeia à Casa de Detenção (1830-1874)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque. Da cadeia à Casa de Detenção: a reforma prisional no Recife em meados do século XIX. *In: MAIA, Clarissa Nunes;*

NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.) **História das prisões no Brasil**. São Paulo: Rocco, 2017. v. 2, p. 34-47. *E-book*.

NEVES, Augusto César Lima; MIASSO, Adriana Inocenti. “Uma força que atrai”: o significado das drogas para usuários de uma ilha de Cabo Verde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, p. 589-597, mai.-jun. 2010.

OLIVIER, Laurent. The archaeology of the contemporary past. *In*: BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin (ed.). **Archaeologies of the contemporary past**. London and New York: Routledge, 2001. *E-book*.

ORSER JR., Charles; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia da resistência escrava. **Cadernos do LEPAARQ** - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. 1, n. 2, Pelotas: Editora da UFPEL, p. 11-25, 2004.

PAREDES, Cezinando Vieira. A influência e o significado das tatuagens nos presos no interior das penitenciárias. 2003. Monografia (Pós-Graduação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

PEDROSO, Rosemeri Siqueira; OLIVEIRA, Margareth da Silva; ARAUJO, Renata Brasil; CASTRO, Maria da Graça; MELO, Wilson Vieira. Expectativas de resultados frente ao uso de álcool, maconha e tabaco. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 28, n. 2, p. 198-206, maio-ago. 2006.

PELLINI, José Roberto. Uma experiência de amadurecimento da arqueologia sul-americana. **Revista de Arqueologia**, p. 2-13, 2014.

PÉREZ, Andrea Lissett. A identidade à flor da pele. Etnografia da prática da tatuagem na contemporaneidade. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 179-206, 2006.

RAMIDOFF, Mário Luiz. Mulheres reclusas. *In*: BRASIL. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, Brasília, p. 113-126, 2005.

SÁ, Alvino Augusto de. Transdisciplinaridade e responsabilidade da academia na questão penitenciária. *In*: BRASIL. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, Brasília, p. 15-26, 2004.

SALLA, Fernando. Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Lusotopie**, p. 419-435, 2003.

SALLA, Fernando. Rebelião na Ilha Anchieta em 1952 e a primeira grande crise na segurança pública paulista. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 4, p. 633-658, out.-dez. 2015.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 1, p. 329-350, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. **TOPOI**, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan.-jun. 2004.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Discursos ocultos. Era: Ciudad de México, 2000.

SILVA, Erica Elizabete. Ilha-presídio: a instituição e os presos de Fernando de Noronha (1854-1882). In: **JORNADAS DE 2007**, 2007, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SILVA, Karla Leal Luz de Souza e. **A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem**: as Colônias Correcionais Agrícolas em Minas Gerais (1890-1940). 2006. Tese (*Magister Scientiae*) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins de. Encarceramento em massa e a tragédia prisional brasileira. **Boletim do IBCCRIM**, v. 293, 2017.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; SAPORI, Luís Flávio. **Por que cresce a violência no Brasil?** Belo Horizonte: Editora PUC Minas & Editora Autêntica, 2015.

TAVARES, Gislaine Pereira; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de. Violência, dependência química e transtornos mentais em presidiários. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 4, p. 545-552, out.-dez. 2010.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 381-400, 2016.

THIESEN, Beatriz Valladão. Antes da poeira baixar: reflexões sobre uma arqueologia do passado recente. **Memorare**, v. 1, n. 1, p. 222-226, 2013.

TORRES, Simeia Maria de Souza. **O cárcere dos indesejáveis**: degredados na Amazônia Portuguesa (1750-1800). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

TRINDADE, Cláudia. Moraes. A reforma prisional na Bahia oitocentista. **Revista de História**. São Paulo, n. 158, p. 157-198, 2008.

TRINDADE, Cláudia Moraes. Ordem e desordem: correspondências de presos e vida prisional na Bahia no século XIX. In: LOURENÇO, Luiz Cláudio; GOMES, Geder Luiz Rocha (org.). **Prisões e punição**: no Brasil contemporâneo. Salvador: EDUFBA, p. 143-176, 2013.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes de domesticam**: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2001.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Apêndice A – Transcrição das entrevistas citadas

Entrevista I

Jussara

27 de dezembro de 2018

- 39 anos de idade
- esteve presa por três vezes:
 - Casa de Detenção de Aracaju: condenada a 13 anos por 128g de maconha para seu primeiro marido que há época cumpria pena no CDA;
 - Penitenciária Feminina de Pirajuí, SP;
 - Presídio Feminino de Sergipe - Prefem: 1 ano e 6 meses, maconha para seu segundo marido
- no Prefem cada interna recebe um “Kit Tranca” com um sabonete; dois lençóis; duas colchas; uma toalha; dois shorts cor de rosa; duas camisas; uma escova de dentes; uma pasta de dentes; um colchão
 - Jussara gosta de usar os shorts cor-de-rosa, em lugar do antigo, de cor cinza
 - o shorts cor de rosa foi ideia de uma diretora que achava o antigo (mesmo usado pelos homens) pouco feminino
- itens com entrada permitida no Prefem:
 - mensalmente: no máximo três sabonetes; um xampu e um condicionador; produtos de limpeza da cela e roupas (sempre dentro de garrafas plásticas transparentes); dois pacotes de fumo e papel para cigarros; nunca comida e bebida
 - a cada dois meses: roupa íntima (só entra peça que irá substituir outra); um caderno; uma caneta; um isqueiro Bic
- o pacote de Boró custa R\$ 60,00 reais
- uma “dola” de maconha, R\$ 150,00 reais
- um sabonete, R\$ 60,00 reais
- não existe mercearia, como acontece na APAC de Sete Lagoas
- a unidade possui uma cantina onde algumas internas trabalham
- comem em objetos plásticos
- existe celular dentro da unidade, usam para conversar com homens presos, advogados e família
- acredita que, em geral, presídios femininos são mais violentos que presídios masculinos, porque as mulheres não se respeitam como os homens, por outro lado, nos presídios

masculinos não são oferecidas tantas formas de remição e/ou de ocupar a mente como no Prefem

- fazem perfuradores (“chunchos”) com cabos de madeira e lâmina de barbear; colheres plásticas derretidas e apontadas, roubadas do material de alimentação; e canetas
- fazem facas com lâminas de barbear e de navalhas (utilizadas pela interna responsável por cortar os cabelos das outras internas), porém, não conhece o procedimento de manufatura
 - o barbeador fica em poder da administração e só é entregue às internas de tempos em tempos, quando têm quatro horas para utilizá-los e devolvê-los
- fazem baralhos de cartas com papel higiênico
- escrevem e recebem muitas cartas
- fazem bordados e bijuterias em plástico para si, para troca e como forma de remição de pena
- diferente dos homens, não têm acesso à palitos de picolé, ou outras matérias primas, apenas instrumentos de bordado e costura

Entrevista II

Jussara

13 de junho de 2019

- existe PCC em Sergipe sim, o atual marido dela, inclusive, é membro
- todos os Ideias – lideranças de Ala ou Pavilhão – têm que ser aprovados ou empossados pelo PCC
- duvida que o interno citado por alto servidor do Copemcan em conversa informal comigo esteja estuprando visitas; acredita que a maioria das mulheres vá ao presídio por vontade própria, e, talvez, inclusive, para conhecê-lo, pela fama que alcançou como líder da sua Ala
- acredita que correntes e anéis de prata não são demarcadores sociais
- acredita qualquer interno pode fazer seu “chuncho” quando quiser
- desde 2010 o PCC proíbe a entrada e comercialização de crack nas cadeias de Sergipe
- a piteira – que também funciona como cachimbo – de manga é utilizada apenas para consumo de maconha, encaixando o cigarro no tubo de metal; de tempos em tempos a semente é aberta para que seja fumada a cera que se impregna em seu interior

- os cachimbos são utilizados com porção feita em papel alumínio, onde o fumo é queimado; geralmente entram com visitas
- costumam fumar em grupo, mas principalmente quem tem tuberculose, geralmente fuma sozinho
- piteira do Bob Marley é luxo e com certeza, presente de alguma visita

Entrevista III

Lucio – agente penitenciário no Copemcan

19 de junho de 2019

- facas: 1) as grandes são todas feitas em chapas de grade
 - 2) das pequenas, a marrom seria de grade e a de garfo introduzida ilegalmente
- os chunchos feitos com escovas de dente podem ter sido produzidos para uso entre eles, de um interno contra outro interno, por serem mais leves, mais simples de fazer e menores, o que facilita o uso escondido da arma na cintura, por exemplo
- as escovas são queimadas e raspadas para produção da ponta
- as armas grandes e de metal, com certeza são produzidas pensando no confronto com os agentes
- não há limite para o número de vassouras e rodos nas celas, entretanto, estas devem ter o cabo cortado pela metade; caso a família chegue com o cabo inteiro, este é descartado e o interno tem direito apenas à porção com cerdas da vassoura
- o Estado não fornece utensílios de cozinha feitos em metal, as facas, garfos e colheres para as refeições são de plástico
- acontece de visitas forjarem gessos no corpo e ataduras de feridas para entrar na unidade com objetos escondidos
 - “Hoje, com o uso do *scanner* é mais difícil, mas pela minha experiência, digo que não é impossível”
- internos podem ferir companheiros para que sejam enviados à enfermaria e voltem com ataduras
- ao entrarem, ganham uma bermuda laranja, uma camisa branca de manga comprida, uma camiseta branca e meias
 - a família só tem direito a dar roupas de cama, desde que sejam brancas
 - a roupa de cama fornecida pelo Estado é sempre verde ou azul

- o “chuncho” de cabo preto não é cassete por ser fino e leve demais; acredita que tenha sido introduzido por visita, dentro de sua vagina, porque até a cor preta é proibida, mesmo caso dos elásticos pretos, todos proibidos devido à cor

- a cor amarela é proibida pois assim são pintadas todas as portas da unidade, e preto é proibido por ser a cor usada no uniforme e todos os equipamentos dos servidores da unidade

- o metal do cachimbo de boró e do destilador da maria-louca são provenientes das antenas de televisão, muito abundantes no telhado dos quartos dos trabalhadores da casa

- máquinas de tatuagem, originais e improvisadas são proibidas

- acredita que alguns itens podem ser deixados, propositadamente, à mostra nas celas para serem apreendidos nas revistas, provavelmente porque os internos já possuem objetos melhores

- já presenciou casos de itens escondidos na privada e no ânus, enrolados em preservativos

- o papelão é proibido por isso, para evitar que se produzam esconderijos

- nas celas de internos heterossexuais e dos não abusadores é relativamente comum encontrar bolas de preservativo feitas para simular uma vagina ou ânus, assim como vários potes de desodorante “Herbíssimo” para simular um pênis – situação mais comum no Prefem

- só o Pavilhão 5 é destinado a sentenciados, todos os outros presos são provisórios

- quando chegam à unidade, a primeira opção é encaminhar o detento para a ala onde se encontram aqueles que cometeram o mesmo delito, porém, existem casos especiais como os acusados de crimes hediondos e os jurados de morte – que, geralmente, não são aceitos pelos demais internos – os idosos acima de 60 anos e os LGBT – amparados por Lei

Apêndice B – Diário de campo e transcrição das entrevistas em dias de visita ao Copemcancitadas

Visita I

27 de fevereiro de 2019

- paredes cinza, desenhos, frases, palavras, nomes, muito “Jesus”
 - lápis cinza e tinta branca
- musculação: garrafas de água, cabo de vassoura e tecido
- cheiro de mofo
- refeitório dos pavilhões usados para culto evangélico da Assembleia de Deus
 - parece uma caixa de concreto
 - mesas e cadeiras de concreto, barras de concreto nas janelas altas
- o pátio é em parte coberto, e em parte aberto com muros que parecem ter de 5 a 6 metros de altura

- conheci três oficinas: serralheria, marcenaria e elétrica
 - toda manutenção do presídio, inclusive dos equipamentos dos agentes é feita pelos internos nas oficinas
 - existem três agentes responsáveis pelo prédio de oficinas que ainda funciona, não os vi, mas é quem garante que nada desaparecerá
 - internos das oficinas circulam com equipamentos e chaves do prédio
- trabalhadores moram, individualmente, em prédio separado

- enfermaria: um médico voluntário que aparece de tempos em tempos e enfermeiros internos trabalhando diariamente
 - um enfermeiro me conta que têm material e condições para procedimentos médicos e odontológicos simples
 - como nas oficinas, um agente é responsável pelo prédio
- trabalhadores têm acesso a muita coisa, mas o desvios de conduta fazem perder o benefício

- nas celas do Seguro – projetadas com quatro celas com duas camas para receber internos ameaçados de morte – vi televisões, rádios e muitos baldes

- como não são liberados para tomar o banho de sol no pátio, a diversão que têm aí é malhar, a televisão, o rádio e a Bíblia

- dizem os agentes que o rádio é importante para os internos trabalharem o ferro sem serem ouvidos, uma vez que precisam quebrar o concreto, quebrar ou cortar o vergalhão ou barra de ferro e por fim amassar ou produzir as pontas

- algumas barras das portas parecem ter sido soldadas há pouco tempo e lembram as facas da coleção e as que vi na Sala da Inspeção Geral

- cheiro de maconha misturado a mofo no pavilhão que recebia visitas, mas acredito que vinha de um outro grupo de homens trancados no seguro, sem visitas

- único presídio do estado com ala LGBT

- conheci doze internos

Visita II

12 de abril de 2019

- cheguei por volta das oito horas

- passei pelos detectores como os servidores, me registrei no caderno de visitas e conheci Ricardo

- os agentes trocam de turno nesse mesmo horário

- alguns tomam café, feito pelo Jorge na cozinha da administração

- a maioria está incomodada com minha presença

- artesanato: um por mês para ter direito à remição

- tudo o que entra na sala de Documentos, ou sala da Assistência Social, não mais pode sair, é uma doação feita pelo interno ao sistema, que de tempos em tempos doa para instituições interessadas

- objetos produzidos como forma de presente devem ser entregues diretamente ao presenteado e não devem ser entregues à Assistência Social

- dessa vez vi bonés de tricô; quadros; vasos de papel; caminhões; casas de todo tipo; bicicletas; motos; piteiras; cachimbos; igrejas; cubos de papel; roda gigante; animais de

papel; porta-objetos; porta-canetas – tudo feito em papel, palitos de picolé e restos de papel alumínio das marmitas

- de equipamento elétrico, é permitida uma televisão por cela, um rádio e um ventilador pra cada interno

- trinta internos trabalham na oficina das Duchas Corona

- os agentes dizem que o vergalhão é cortado da parede usando lâminas de barbear

- muitos “chunchos” sem punho apresentavam marca de quebra na extremidade que deveria estar protegida pelo punho, outros são bem lisos, sugerindo um corte liso

- uma mulher foi pega na portaria com 100 gramas de maconha na vagina, quando levada para averiguação apresentou outros 500 gramas, e essa notícia foi anunciada pelos rádios de todo o presídio com tom de vitória e orgulho

- uma agente conta que internos pagam outros para receber visitas íntimas de mulheres portando drogas

- nessa sexta, muitos internos, trabalhadores da casa, usaram o telefone da sala do Serviço Social para conversar com familiares, a maioria perguntando se os visitariam no dia seguinte

- conheci três internos

Conversa com Jota

- os internos trabalhadores têm melhor condição de criar amizade entre si, já que todos querem melhorar de vida e sair o mais rápido possível, diferente dos do convívio que são sempre solitários, desconfiados uns com os outros

- acredita que a rebelião não serve pra nada, não resolve os problemas nem organiza os envolvidos em grupos de poder, traz apenas mais punição

- mas quem não quer se envolver não é incomodado

- acredita que não consigo conversar com quem participe de rebeliões ou que saiba como são feitas as armas, porque os colegas de cela não permitiriam e/ou por medo que eu leve a informação para a administração

- todo pavilhão tem o “Ideia” (o líder) e os “Envolvidos” (seus subordinados); o “Ideia” chega ao posto por tempo de cadeia ou por força
- acredita que provavelmente o “Ideia” e “Envolvidos”, por sua vez, cultivem algum tipo de conceito de grupo
- acredita que não exista facções criminosas atuando em Sergipe, pois nunca viu nada do tipo
- uma agente penitenciária atravessa a conversa e afirma que sim, existem grupos organizados que controlam o tráfico de drogas no estado, mas que o Departamento do Sistema Penitenciário do estado busca sempre transferi-los para outros estados

Visita III

30 de março de 2019

- peguei o ônibus dos agentes com Lucio por volta das 07h10min, passamos pelo Prefem e chegamos ao Copemcan as 08h
- desta vez não havia ninguém na portaria, então não fui revistado
- o Diretor do presídio não ficou muito feliz com isso
- no café-da-manhã, um agente, bacharel em direito, me pergunta o que estou pesquisando; sem delongas fala dos “chunchos”, como objeto diagnóstico da cadeia
- porém, fala também das correntes e anéis de prata, como objetos de poder
- fala também sobre um preso de 22 anos que foi pego pela administração publicando fotos dele e de companheiros no Facebook, do interior da cela
- segundo me conta, esse interno é chefe do tráfico do Pavilhão 5 e abusa das irmãs dos outros condenados nos dias de visita
- exerce seu poder de tal forma que ninguém ousa contestar os abusos
- fala sobre a ausência do Estado e as oportunidades abertas por esta para os presos exercerem poder e coerção sobre outros, porém, não acredita que caso o Estado, de fato, preenchesse essas lacunas a violência desaparecesse, pois é da natureza humana exercer poder sobre pessoas mais fracas
- antes do almoço fui à sala deste mesmo agente para conversarmos. Quando cheguei, estava colhendo o depoimento de um interno que lá se encontrava por ter fugido de uma prisão executada por engano
- o homem teria sido preso, anos atrás, cumprido sua pena e então, devidamente liberado

- porém, uma comarca do estado, não deu baixa no mandado de prisão do indivíduo e quando este foi registrar sua filha em cartório foi detido e novamente preso
- sem dinheiro para advogados, continuou preso por um bom tempo, inclusive, suficiente para receber um indulto de dia das mães, um de dia das crianças e um de natal, nesse último, resolveu não retornar ao presídio, sendo considerado deste então, foragido
- nos três anos que assim permaneceu abriu uma borracharia e juntou dinheiro suficiente para pagar os honorários de uma advogada, resolveu então se apresentar à polícia e é por isso que se encontra preso hoje, tentando, como pode, resolver sua situação
- ainda na sua sala nos pegamos rindo sobre o indulto de dia das mães concedido à Suzane von Richthofen; o interno que trabalha com esse agente estava indignado com o tal indulto, defendendo, inclusive, alguma lei que proibisse esse tipo de situação

Conversa com Tor e Jeferson - Mensageiros

- Tor, 35 anos, preso há 2 anos e 6 meses por homicídio
 - sua primeira passagem pelo sistema foi por crime contra a mulher
 - cumpriu a pena pelo primeiro crime e no mesmo dia de soltura executou um rival com quem tinha pendências, por isto está de volta ao sistema
 - comandou a rebelião de 17 de setembro de 2016, iniciada em seu pavilhão, o P1 e generalizada por toda a unidade
- Jeferson, 28 anos, 2 anos cumprindo pena no Copemcan, vindo do Presídio de Socorro
 - acredito que tenha sido acusado de estupro (Tor sempre o ligava a esse crime quando o utilizava como exemplo)
- comandam juntos cerca de 260 homens da Ala A do Pavilhão 3 acusados de crimes sexuais e contra a mulher
- contam que, antes de serem transferidos para esta Ala, há um ano, dividiam as celas do Isolamento, logo à frente, como são apenas três celas o número de pessoas era bem mais reduzido, por isso, conseguiam resolver seus conflitos em grupo; já no novo espaço e com cada vez mais detentos nas celas superlotadas (algumas com 25 pessoas, mesmo projetadas para receber 8) estes se reúnem e elegem Tor e Jeferson como Mensageiros
 - a função dos mensageiros é 1) fazer a ligação entre administração, na figura dos agentes, e os internos; 2) garantir que os internos tratarão bem os agentes; 3) representar os internos quando os agentes abusam de sua posição; 4) garantir a paz e respeito entre os internos, estabelecendo e fiscalizando o cumprimento de regras bem rígidas e

moderando conflitos; 5) organizar a limpeza do espaço, principalmente em véspera de visita; 6) garantir o respeito dos internos às visitas, sejam seus familiares ou de outros detentos; e 7) receber as refeições trazidas pelos mensageiros de corredor e as bem distribuir

- pela conversa, percebi que Tor ganhou e ganha legitimidade pela forma respeitosa como trata os companheiros, inclusive dura quando preciso é (para manutenção da ordem); pela atenção que dispense aos recém-chegados e aos enfermos; por manter sempre uma boa relação com os agentes e, segundo ele próprio, por entregar as marmitas da melhor forma possível

- contam que cada cela tem o seu Disciplina, que é o responsável pela manutenção da ordem e respeito entre os ocupantes; quando este não consegue resolver o imbróglio, levam até os mensageiros que discutem a melhor solução

- na maior parte dos casos tudo se resolve com conversa, mas quando necessário usam sim, da violência

- quando pergunto se os mensageiros compõem algum outro tipo de organização ambos perguntam rindo se é organização criminosa e antes que eu responda, dizem que não, apenas estabelecem a relação dos presos com os agentes

- os mensageiros são cadastrados e recebem remição como os trabalhadores da casa

- geralmente, como os internos são separados em alas, ou quando em menor número, no isolamento (que são as celas de regime disciplinar) ou seguro, por categoria de delito costumam se agrupar e estabelecer uma ideia de unidade a partir disso

- é preciso salientar, entretanto, a peculiaridade dos delitos desta Ala, por se tratarem exclusivamente de estupradores, abusadores, aliciadores de menores, feminicidas e agressores de mulheres é evidente a necessidade da união entre eles e a impossibilidade de outro tipo de agrupamento

- dizem que quem não participa da rebelião morre, porque estão todos lutando pelo melhor de todos

- quando comento que ouvi dizer que quem não quer se envolver é respeitado, ambos negam veementemente

- fazem artesanato pensando na remição e numa forma de lazer

Conversa com Fernando e Jorge - trabalhadores da cozinha da administração

- *Fernando*, 40 anos, preso há 1 ano e 6 meses de uma pena de 3 anos em regime fechado
 - acusado de estupro, mas defende sua inocência
 - era chef de cozinha de uma grande rede de restaurantes
 - está há um mês trabalhando na cozinha da unidade
 - conta que, assim que chegou ao presídio, sentia muito ódio da mulher que o acusara e que pensava em matar todas as pessoas envolvidas na falsa acusação; tempo depois, começou a frequentar as pregações e cultos religiosos que aconteciam no seu pavilhão, aceitou sua condição, esqueceu os planos de vingança e busca agora apenas sair de lá o mais rápido possível para viver a vida como se deve
- *Jorge*, 9 meses preso por abuso contra companheira, defende sua inocência
 - meses depois de sua prisão seu filho salta da ponte Aracaju-Barra; Jorge conta isso não com tristeza, mas com certo alívio, indignação (não consigo identificar bem o que era) por afirmar que, com certeza, se estivesse livre, depois da acusação de abuso, seria acusado pelo desaparecimento do próprio filho, mais uma vez injustamente (a raiva de Jorge é profunda com a ideia de ter sido acusado injustamente, e tratado a partir de então, como condenado)
 - quando no convívio conduzia as sessões de oração e leitura da bíblia entre os companheiros
- contam que a prerrogativa do trabalho é exclusiva de presos primários e de bom comportamento
 - trabalhadores da casa dormem num prédio construído para receber uma oficina, ao lado da enfermaria
 - são quatro espaços (chamados de coletivas) com dez quartos individuais cada; o que limita o número de trabalhadores a quarenta; hoje trabalham cerca de trinta e oito
 - as coletivas não têm um líder como nos Pavilhões, mas, os mais velhos não gostam que sua ordem seja alterada e procuram resolver os problemas na conversa, quando a resolução não se dá dessa forma criam intrigas entre os companheiros para dificultar a vida e forçar a saída do indesejado
- existem atritos entre os trabalhadores, principalmente entre aqueles que trabalham na administração e os demais; pior se o interno tiver, por qualquer motivo, pulado as etapas de admissão

- quando têm o pedido para o benefício aceito começam retirando o lixo da unidade, com o tempo, passam à jardinagem (onde usam foices e facões)

- caso tenham alguma habilidade ou formação técnica (carpintaria, marcenaria, ferraria, cozinha, como garçons, informática, eletrotécnica, em saúde) aguardam até seja aberta uma vaga para serem aí encaixados

- estão sujeitos às leis trabalhistas, portanto, trabalham das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira

- todos me pareceram alegres, sempre rindo entre si

- Fernando confirma existirem a figura do Ideia e seus considerados e que o Mensageiro sempre é o Ideia

- Jorge: o Ideia é violento sim, Tor procura tratar a todos com respeito, resolver os problemas na conversa, mas se não é do jeito dele “toma pau sim”

- Fernando acredita que Tor controle seu Pavilhão pelo respeito e não pelo medo

- Segundo Fernando a comida do convívio é ruim, proteína da mais barata possível (cita salsicha e ovo), no almoço comem arroz, feijão e uma proteína; no jantar, que é servido às 15h, comem cuscuz e uma proteína

- desde que a administração trocou o contrato da empresa que produz a comida, esta não veio mais azeda como antes

- para Jorge o sentimento que representa a cadeia é o “encontrar a si mesmo”; é um lugar onde não falta tempo para pensar em si e na sua vida

- chega a brincar dizendo que aquelas pessoas que livres, vivem para ganhar dinheiro, gastar dinheiro, sem se atentar às coisas realmente importantes na vida, que são a família e trabalhar para sobreviver, precisam “puxar uma cadeia pra aprender a dar valor” (Fernando ri e concorda)

- Jorge: “Aqui dentro o que a gente mais tem é tempo, tempo pra ver que a gente não precisa de mais nada além do que nosso corpo e nossa alma precisam pra sobreviver. Quando você sai daqui o que você tem de diferente lá que a gente não tem aqui? Pra sobreviver. Nada. Nem liberdade a gente tem e nem por isso não é feliz.”

- quando estava no Pavilhão, Fernando conta que fez uma pesquisa perguntando a percepção de tempo dos colegas: pros religiosos o tempo passava voando, um mês, um

ano, o que já passou o que ainda falta pra pena terminar, tudo passa rápido com Deus;
pros ateus as horas eram eternas

- ambos reclamam muito de terem sido condenados injustamente, mas mais como indignação pela forma como a justiça atua, da maneira como a justiça trata o pobre, da falta de investigação coerente nos casos deles

Apêndice C – Lista de materiais permitidos para artesanato no Copemcan⁴¹

1. Cola branca para papel e madeira 1 litro
2. Glitter, menos amarelo e preto 3 unidades
3. Linha para crochê, menos amarelo e preto 6 unidades
4. Chamex, menos amarelo e preto 3 pacotes de 100
5. Lixa para madeira número 400 2 unidades
6. Palito de picolé redondo e quadrado 1 kg
7. Papel camurça 5 unidades
8. Papel camurça emborrachado 5 unidades
9. Papel laminado 5 unidades
10. Papel cartolina menos amarelo e preto 5 unidades
11. Cabeça de boneca 20 unidades
12. Cavalo pequeno de plástico 20 unidades
13. Tinta guaxe menos amarelo e preto 12 unidades
14. Pincel escolar pequeno 2 unidades
15. Caneta BIC menos amarelo e preto 12 unidades

⁴¹ Cópia da lista fixada no quadro de avisos da sala do Serviço Social do Copemcan que determina quais itens podem ser disponibilizados pela família do interno inscrito no programa a cada mês.

Apêndice D – Lista de itens com entrada permitida nos dias de visita do Copemcan

1. Achocolatado 400g
2. Banana 24 unidades
3. Biscoito doce sem recheio 4 pacotes
4. Biscoito salgado 4 pacotes
5. Leite em pó 400g
6. Maça/Pera 24 unidades
7. Mortadela 500g
8. Cigarro ou Fumo 3 maços ou 1 pacote

Apêndice E – Lista de materiais apreendidos em revista às celas de Pavilhão indeterminado⁴² no Copemcan, na primeira semana de abril de 2019

Violência - 103 ocorrências

- Chuncho sem punho	30
- Chuncho com punho	48
- Chuncho em U ¹	2
- Chuncho quebrado	1
- Chuncho de grade ²	2
- Minichuncho	3
- Faca	1
- Lâmina de faca	3
- Mini-faca ³	1
- Lâmina de barbear gasta	2
- Cápsulas de munição de borracha	10

Cotidiano - 54 ocorrências

- Balde	3
- Dola de Maconha	1
- Papel de cigarro	3
- Absorvente fechado	2
- Preservativo aberto	2
- Balança artesanal	1
- Fone de ouvido	1
- Cabo USB	2
- Capa para celular	1
- Carregador de celular ¹¹	11

- Bateria de celular Alcatel	1
- Negativo de chip para celular	3
- Chip para celular	1
- Espelho	1
- Fio de cobre encapado	1
- Fio de cobre desencapado de 7 cm	2
- Tomada macho	2
- Bocal de lâmpada	1
- Peça plástica de ventilador	1
- Peça metálica de ventilador	1
- Componente de sistema elétrico	4
- Pinça de palitos	2
- Caneta quebrada	1
- Arame	1
- Palito de picolé com nome e número enrolado em fita adesiva marrom	1
- Fita adesiva branca escrito “PORTARIA” em pincel azul	1
- Papel ¹²	3

Artesanato - 1 ocorrência

- Pacote com glitter	1
----------------------------	---

¹ possivelmente seriam quebrados ao meio para produção de dois instrumentos

² barra de grade sem fio de corte, apenas ponta afiada

³ lâmina com 5 cm encaixada entre palitos amarrados

¹¹ alguns carregadores de celular estavam com inscrições (PL, A3, CR, MC e outras) feitas em tinta cor-de-rosa, possivelmente de caneta vermelha

⁴² Por questões de segurança.

¹² 1) com número de telefone	1
2) com: “DE MORAL/PRA MIM/ASS: SHUEK” Acompanhado de um número de telefone	1
3) com informações bancárias	1